

## **Depoimento de Jorge Samek<sup>1</sup>**

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA<sup>2</sup>**: Doutor Samek, por favor sente-se aqui na cadeira principal. Então eu quero iniciar dando às boas vindas e agradecendo o nosso convidado e depoente Doutor Jorge Samek; pedir que cada uma das pessoas aqui presentes também cumprimentem todos os presentes, agradecer aqui ao pessoal que está nos auxiliando na filmagem, a todos os funcionários, à Regina, à Márcia, todos, enfim. E pedir que iniciemos por uma apresentação a partir do Jefferson, nos apresentemos aqui.

**JEFFERSON DE OLIVEIRA SALLES<sup>3</sup>**: Boa tarde, meu nome é Jefferson eu sou assessor técnico e historiador e trabalho no Ministério Público.

**RAQUEL DE SOUZA FERREIRA OSOWSKI<sup>4</sup>**: Meu nome é Raquel, trabalho no Ministério Público, no Centro de Apoio dos Direitos Humanos.

**REGINA BERGAMASCHI BLEY<sup>5</sup>**: Eu sou Regina Bley, diretora do departamento de direitos humanos e cidade da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Seja muito bem-vindo, Doutor Samek.

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR<sup>6</sup>**: Meu nome é Daniel Godoy, eu sou membro da Comissão Estadual da Verdade.

**CLAUDIA CRISTINA HOFFMAN<sup>7</sup>**: Eu sou a Claudia, historiadora, trabalho no Centro de Apoio aos Direitos Humanos do Ministério Público.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA**: Eu sou Ivete Caribé da Rocha, sou membro

---

1 Audiência realizada em 9 maio 2016. Transcrição da entrevista: Juliana Matos, estagiária do CAOPJDH 06/09/2016

2 Advogada e Integrante do Comitê de Refugiados do Paraná e membro titular da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban.

3 Assessor do CAOPJDH do Ministério Público do Paraná.

4 Assessora Jurídica CAOPJDH do Ministério Público do Paraná.

5 Diretora do departamento de direitos humanos e cidade da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

6 Membro suplente da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban.

7 Assessora do CAOPJDH do Ministério Público do Paraná.

da Comissão Estadual da Verdade Tereza Urban, coordenamos junto com o Norton o grupo Operação Condor.

**NORTON NOHAMA<sup>8</sup>**: Boa tarde Samek, sou o Norton, colega da Ivete na Operação Condor.

**[GERALDO]**: Boa tarde, eu sou o Geraldo eu tenho uma ocorrência de percepção do Exército que eu queria poder relatar.

**[NELI BECKER]**: Meu nome é Neli Becker, sou visitante.

**MÁRCIO LUIZ DA GAMA CARVALHO<sup>9</sup>**: Meu nome é Márcio Luiz da Gama Cavalheiro. Eu sou diretor e presidente da organização Afirma Pela Vida.

**[ISACIR MOGNON]**: Isacir Mognon e faço parte do grupo de trabalho com a Ivete, eu sou auxiliar e represento na Comissão da Verdade a REPAS, Rede Evangélica Paranaense de Assistência Social.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA**: Está ligado? Tenho mania de mexer aqui, acho que agora ligou. Doutor Samek, [queríamos] a sua vinda aqui há muito tempo já, a gente tinha já essa pretensão de ouvi-lo; não houve oportunidade quando estivemos em Foz do Iguaçu numa audiência pública.

De todos os grupos de trabalho, talvez os que mais tenham interesse em seu depoimento seria o grupo do campo, dos camponeses e indígenas e o nosso grupo, Operação Condor, dado o ponto estratégico que era a Itaipu, claro, muito antes da sua administração, mas que ocupa um lugar em nossas pesquisas, ocupa um lugar muito importante na Operação Condor, no início das suas atividades. Então eu não sei se iniciamos as perguntas pelo grupo de indígenas e camponeses ou o doutor Daniel quer iniciar fazendo suas indagações?

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR**: Doutor Jorge Samek, a respeito da audiência que fizemos aqui sobre as questões da Itaipu, e a partir daí... É para situá-lo a

---

8 Membro suplente da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban.

9 Diretor e presidente da organização Afirma Pela Vida.

respeito do conteúdo temático que nós vamos tratar aqui. Pode ser assim, Samek? Bem, nós fizemos uma audiência na qual foram ouvidos representantes indígenas, representantes de agricultores, e nós também tivemos a oitiva de professores e historiadores acerca do processo de constituição, desenvolvimento e operação da usina de Foz de Iguaçu, da usina de Itaipu, ouvimos, e se não me falha a memória, e procuro ser preciso aqui, ouvimos o deputado Gernote Kirinus, pastor Valmir Füchs...

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** É Werner.

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR:** Werner Füchs, o professor Lafayette Neves, esses três eram membros da comissão pastoral da terra à época da organização da usina. Ouvimos o jornalista Fábio Campana, ouvimos também o jornalista Aluizio Palmar, ouvimos um indígena, de uma das tribos que foram afetadas pela construção da usina e ouvimos também o professor da Universidade de Cascavel, se não me falha a memória também de Maringá, de Marechal Cândido Rondon, que trataram dos temas da questão rural e questão indígena basicamente.

E do que se pode depreender é que, primeiro, Itaipu foi resultado de um processo, foi uma solução geopolítica encontrada, pelo menos podemos entender dessa forma, pra resolver um problema fronteiroço entre Brasil e Paraguai, quer dizer respeito aos limites estabelecidos a partir do final da guerra do Paraguai, e que eram limites esses interpretados de uma maneira pelo estado brasileiro e de outro pelo estado paraguaio. Resultado em consequência também do período ditatorial que viviam os dois países naquele período, de um projeto autoritário, um projeto em que a ditadura civil militar brasileira optou pela construção de uma usina quando há um montante – não sei se está certo o termo –, do rio Paraná, poderiam ter sido construídas outras usinas que permitiriam a manutenção inclusive do salto das Sete Quedas com o mesmo resultado energético e com menos impacto ambiental, com menor área agriculturável a ser alagada, o que permitiria inclusive a manutenção da maior parte das populações removidas de suas terras de origem.

Em relação aos prejuízos aos indígenas nós tivemos a perda de locais de memória, que foram cemitérios e territórios indígenas que traziam memória e cultura daqueles povos. Isso foi narrado aqui com bastante precisão pelo indígena ouvido. Nós tivemos também a oitiva dos membros da comissão pastoral da terra que nos noticiaram que ainda que tenha havido indenização por parte da Itaipu em relação às terras que

foram alagadas em favor dos agricultores envolvidos, houve alguns outros que em função da dificuldade documental não tiveram seus interesses reconhecidos, uma vez que não detinham título de propriedade da área, ou então também as benfeitorias existentes não foram devidamente indenizadas por ocasião dos ajustes feitos com a usina naquele período.

E tivemos também notícia das perseguições de natureza política, notadamente em função de que a Itaipu – pelo fato de ser uma empresa binacional e por estar numa área de tríplice fronteira, ou seja, argentina, Paraguai e Brasil – cumpria um papel estratégico importante no sentido da segurança alegada em relação aos países que compunham a chamada, que vieram a compor posteriormente a chamada Operação Condor. Então tivemos a utilização e temos documentação farta nesse sentido, a utilização da Assessoria de Segurança e Informações de Itaipu, tanto do lado brasileiro quanto do lado paraguaio, atuando de forma conjunta com a ditadura argentina e uruguaia no sentido – e possivelmente a chilena –, no sentido de participar do processo de repressão política existente naquele período.

Em relação ao movimento dos trabalhadores, nós tivemos a notícia ainda no final de 2015, quando da confecção de um relatório preliminar que nós tivemos a oportunidade de confeccionar. O relatório, digamos assim, básico, em que estamos trabalhando... houve o fato de uma trabalhadora chamada Sônia Castanheira, que era funcionária das Centrais Elétricas Brasileiras, a Auxiliares Elétricas Brasileira, a CAEB, que possivelmente foi demitida, esse é um fato bem comprovado, inclusive de ponto de vista processual. Ela hoje litiga com a Itaipu no seu trabalho, que foi demitida por razões políticas, fato esse que Itaipu não veio a reconhecer posteriormente em juízo.

Então basicamente esse é, Doutor Samek, esse é o universo que deve, creio eu, envolver nosso diálogo de hoje aqui. Pergunto aí aos demais se alguém gostaria de... Devolvo aqui a palavra a Doutora Ivete, se mais alguém gostaria de acrescentar algo.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** É, eu acho que foi importante esse relato e principalmente a notícia que nós temos de que ainda restam alguns documentos daquele período nos arquivos da Itaipu e sobre isso nós gostaríamos de ter a sua confirmação ou não, por que nós ainda não encerramos nosso relatório e seria de grande valia para os nossos grupos de trabalho a entrega desses documentos, né? E se é possível entregar esses documentos à Comissão da Verdade para que faça parte do acervo dessa Comissão, então também sobre isso nós gostaríamos de ter a sua palavra.

**RAQUEL DE SOUZA FERREIRA OSOWSKI:** Acho que seria interessante, como é um depoimento que está sendo gravado, contextualizar desde quando o senhor assumiu a diretoria da Itaipu, como se deu esse processo e a eventual tomada de conhecimento ou não desses documentos.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Temos também uma informação que gostaríamos que fosse confirmada ou não de que por certo período, e talvez isso também, não seja do seu conhecimento, que é lá no princípio do funcionamento da usina de Itaipu, de que por algumas vezes a embaixada do Brasil no Paraguai teve atuação dentro da Itaipu. Inclusive o embaixador Jobim, cuja filha nos procurou, a Lígia Jobim, sobre o caso desse embaixador que acabou morto no Rio de Janeiro, segundo a filha, por ter muito conhecimento do que ocorreu em termos de corrupção na construção da Itaipu – quando ele foi visitar familiares no Rio de Janeiro, apareceu enforcado numa praia no Rio de Janeiro, e a filha queria prestar esse depoimento à nossa comissão, e não pôde por razões de saúde, talvez façamos por Skype, até ela pediu para fazer por Skype. Então queria lhe colocar também esse assunto do embaixador Jobim. Não lembro agora o primeiro nome infelizmente. Mais alguém tem alguma colocação a fazer?

**JORGE MIGUEL SAMEK<sup>10</sup>:** Primeiro, satisfação enorme de poder estar entre várias pessoas que se dedicam em restaurar o período histórico [inaudível]. Eu sou nascido em Foz de Iguaçu, esse é um processo importante, passei toda a minha infância em Foz do Iguaçu, minha família é uma das pioneiras de Foz do Iguaçu, chegaram antes do Parque Nacional do Iguaçu, pra vocês terem uma ideia que é de 1939. Meus quatro avós todos se erradicaram em Foz do Iguaçu vindos da Polônia, meu pai conheceu minha mãe em Foz do Iguaçu, se casaram em Foz do Iguaçu, tiveram três filhos em Foz do Iguaçu, e eu só saí de Foz do Iguaçu pra vir estudar em 1972, sem nunca ter deixado de voltar permanentemente pra Foz do Iguaçu, então tenho parentes lá hoje. Minha mãe ainda é viva, meu papai já faleceu, tenho irmãos, tenho sobrinhas, tenho tia, tenho primos, tenho uma relação enorme de amizade nesse município e em toda a região. No município, por razões óbvias, por ter nascido, ter me criado, quando tinha menos de 5 mil habitantes, a gente se conhecia por nome, você conhecia quem estava numa rua, num determinado

---

10 Diretor-geral da Itaipu.

local, pelo veículo, pelo carro, pelo jeito de andar. A cidade não tinha um palmo de asfalto; as casas eram bastante modestas. Era essa toda a minha infância, estudei em colégio ao lado da minha casa e que até hoje está lá, um grande colégio, Bartolomeu Mitre, fiz meu ginásio todinho no Monsenhor Guilherme. Iniciei o período de segundo grau também no Monsenhor Guilherme quando saí de Foz do Iguaçu para poder praticar o estudo.

E nesse período meu pai trabalhava também com agricultura, tinha exercido outras funções, também na cidade de Foz do Iguaçu, mas uma das que mais ele fez e por isso eu conheço com detalhes a região é que ele era avaliador do Banco do Brasil – para poder fazer qualquer tipo de financiamento na época quer seja pra agricultura, para pecuária, passava por um processo de fazer avaliação e eu no meu período de recesso escolar, nas férias de julho, nas férias de dezembro e janeiro, a extração dessa região, meu pai ia até Guaíra, até Pato Branco, passei várias vezes pela Estrada do Colono, Medianeira, aliás nem tinham esses municípios todos, Guaíra foi desmembrada de Foz do Iguaçu, são enfim, boa parte dos municípios, Foz era uma imensidão, começava e ia até Laranjeiras do Sul, essa era a distribuição geográfica de Foz do Iguaçu, e obviamente depois foi havendo desmembramentos, mas boa parte disso eu conheci intensamente.

Vim para estudar em Curitiba, na expectativa de me formar e voltar pra Foz e aqui acabei me envolvendo em lutas na época. Era a época da redemocratização, era período intenso da volta dos exilados companheiros, acho que foi o período mais efervescente que eu vi na universidade. Me formei em 1978, mas desde 74, em 73 participando ativamente daqui, participei dos centros estudantis, fui presidente do centro lá no 18m20s [Dasca]. Também tinha uma cooperativa que a gente organizou para ter uma forma de organização, de discussão dos processos que tinham ali, era todo dia, toda noite tinha alguma coisa ou na casa do estudante ou no [Danque] ou nos diretórios acadêmicos e tinha uma efervescência muito grande. Vejo aqui que alguns são dessa época e sabem muito bem como é que foi rico esse movimento nesse período.

Acabei me formando, fiquei aqui em Curitiba, exerci minhas atividades basicamente aqui, e num período fui para o interior de Paraná, União da Vitória, depois litoral do Paraná e depois regresssei a Curitiba de forma definitiva em 82. De 80 a 82 foi o período que fiquei fora de Curitiba, mas a partir de janeiro, ou março, mas precisamente em 83 fiquei em Curitiba até o ano de 2003. E aí exerci várias funções aqui, ora no município, depois no estado, depois na câmara de vereadores de Curitiba,

exerci funções partidárias para o presidente de um partido, e aí me elegi deputado federal em 2002, quando ia assumir minha cadeira na câmara de deputados em Brasília recebi o convite do presidente Lula para regressar a minha terra natal, e aí com parênteses, nas famosas campanhas anteriores, tinha-se um processo que se faziam umas caravanas, nessas caravanas eu percorri já na condição de candidato a governador com o então candidato a presidente por várias regiões do Paraná. Uma das caravanas importantes foi exatamente no oeste. Ali ele dizia das possibilidades que enxergava de ter uma Itaipu não só produzindo energia, mas ampliando de forma definitiva seu espectro, dada a capacidade de pessoas intelectuais que estão ali dentro, profissionais extraordinários, que custou muito dinheiro para a nação brasileira, para a nação paraguaia, e que isso poderia ser feito e ele gostava muito dessa conversa. E aí, em dezembro de 2002, ele falou “escuta você fala, fala, e você faz?” “convencido de que isto é possível, já pratiquei o executivo, fui secretário, fui presidente de empresa, tenho experiência parlamentar e acho que dou conta do recado e tenho mais que isso, uma convicção que possamos estabelecer ali um grande trabalho”, e ele me deu carta branca; montamos uma belíssima equipe.

Fico feliz aqui de ver a participação do Kirinus, que era deputado estadual na minha época estudantil junto com o diretor meu, meu não, da Itaipu, meio ambiente, coordenação que é o Nelton Friderich que também na época era deputado, pastor Füchs era nossa referência, não tinha mês que nós não tínhamos algum tipo de conversa relacionada com o pastor Füchs. Na área dos indígenas faltaram o Marés, o Carlos Frederico Marés de Souza – foi uma das pessoas que mais debateram esse tema; trouxe essa questão naquele momento e muitos só debatiam a questão da anistia, do retorno dos direitos, e tudo isso, mas o Marés já tinha uma preocupação extraordinariamente alta com relação à questão indígena, também era tema profundo de discussão.

E aí em janeiro de 2003 vou para Foz do Iguaçu e assumo a Itaipu binacional, e obviamente começamos a trabalhar nessa direção que me referi a pouco, de ampliar as suas atividades e numa dessas, claro, que vem processo intenso de conhecer essa estrutura que eu conhecia, mas não obviamente, longe com o que eu acumulei nesse período todo, acompanhei cada desdobramento, cada momento, cada modificação que ocorreu, que virou Foz do Iguaçu, que virou a região, a rapidez que houve da transformação, da verdadeira metamorfose que ocorreu em Foz do Iguaçu, em Cidade de Leste, que nem tinha esse nome, era Presidente Stroessner o nome daquela cidade, é hoje a segunda maior cidade do Paraguai. Os processos que ocorreram... aí o Kirinus,

junto com o Nelton, junto com o Pedro Tonelli, junto com o pastor Füchs, junto com bispos nesse procedimento; estava envolvido, sim, estavam envolvidas igrejas, várias denominações, no sentido de buscar... de justiça inclusive no momento de desapropriação das terras. Todos esses procedimentos nós acompanhamos, acampamentos que ocorrerão por longos períodos em Santa Helena, que foi o município mais atingido pelo reservatório, então tudo isso...

Tivemos participação, estive no Guarupe, vi desaparecer Guaíra, estávamos lá a semana inteira. Todas essas pessoas que relatei, mas tantas outras... Tem um filme do Friedrich Fullgraf que relata bem a passagem desse processo. A Teresa Urban foi falada aqui, tem um instituto, acompanhei tudo isso. Nossa! Era uma das referências que nós tínhamos nesse processo todo, de poder trabalhar essas questões, então feito esse introito, eu queria primeiro dizer: é verdade, quer dizer, Itaipu, uma parte desse procedimento também foi feita para resolver um problema de divisa. Estudar com profundidade esse processo, mas não é decorrente da guerra entre Brasil e Paraguai, é anterior, isso vem desde o tratado de Santo Idelfonso, um tratado que chama pardo e que nunca se conseguia finalizar a demarcação do território brasileiro. Findada a guerra, o Brasil não ficou nem com um centímetro de terra a mais em relação à guerra do Paraguai, manteve-se o mesmo território que o Brasil tinha antes da guerra do Paraguai. O que ocorre é que esse pedaço de 18 km onde exatamente estão as quedas, o Brasil dizia que era seu e o Paraguai sempre reivindicava, tinha outro entendimento. Por que? Porque desde o tratado Santo Idelfonso, o tratado pardo diz que a fronteira do Brasil com o Paraguai inicia na foz do Rio Iguaçu e vai até Sete Quedas ou as sete caídas. 24m50s [?] O Brasil se interpretava que era lá em cima, e na interpretação paraguaia [?]... é a partir dali, e é processo mais alto que se chama pico de Maracaju, esse era o grande processo.

Com relação à feitura dessa usina os primeiros documentos iniciais, ocorreram na época do Jango Goulart, presidente Jango Goulart. São Paulo efervescia; as regiões Sudeste e Sul do Brasil cresciam, e qual era o melhor aproveitamento hidráulico que se tinha, aliás, que se tem no mundo até hoje? É exatamente onde está Itaipu; Itaipu tem um processo de receber a água do Oeste, do Sudeste, do Centro-Oeste, da região sul do Brasil, rios que tem períodos hidrológicos diferenciados – e ali sempre foi uma rainha dos olhos pra se fazer um empreendimento.

Derrubaram o Jango; o Jânio fez de novo, tem um famoso bilhetezinho do Jânio, queria fazer uma usina que superasse a usina de Furnas, que fora construída pelo

presidente Juscelino Kubitschek. Havia uma belíssima usina no rio grande no estado das Minas Gerais, e ele queria uma usina maior que aquela e aí de novo falaram: “olha, usina o local é lá em Guairá etc.” Começou essa discussão; nunca conseguiram resolver. Agora pela questão da construção de hidrelétrica... e aí voltou a se ter problemas novamente de fronteira.

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR:** Jorge Samek, por que nós... eu estudei também essa matéria, e havia aquele projeto do Marcondes Ferraz, se não me falha a memória, das sete usinas. O que tecnicamente você pode falar sobre isso?

**JORGE MIGUEL SAMEK:** São suas questões bem distintas... Só deixa eu concluir esse processo de 66 é importante. O Brasil foi lá e fez um destacamento em Porto Renato, e Porto Renato no conhecimento de todo mundo ali, de quem vivia na fronteira era território brasileiro, e o Paraguai dizia que Porto Renato era território que eles reivindicavam pra si. O Brasil foi lá e fez o destacamento, enviou sargento, tenente, não sei quantos soldados, todo dia crianças do Paraguai, da escola iam na frente do destacamento brasileiro, da bandeira brasileira e cantavam o hino do Paraguai. Isso fez com que o presidente da época, o Castelo Branco fizesse um procedimento de verificação do que ocorria, e o Paraguai exigia que se retirasse esse destacamento do local. Foi daí que surgiu a tal da famosa ata do Iguaçu, no ano de 1966, no hotel das cataratas em Foz do Iguaçu, que se faria um aproveitamento binacional desse potencial hidráulico em igualdade de condições e pra vender essa energia a preço justo, de 66. E de 66 até a assinatura do tratado, se passaram mais quase 8 anos, o tratado foi assinado em 26 de abril de 73, e nesse procedimento da assinatura do tratado, teve aí a grande participação do Ministério das Relações Exteriores, essa é a única usina do Brasil que não foi idealizada e nem decidida pelo Ministério de Minas e Energia, foi a única usina do Brasil resolvida pelo Ministério das Relações Exteriores, que envolvia nesse procedimento obviamente resolver de forma definitiva essa questão de fronteira; como água é indivisível, vamos então fazer um processo de alagamento que essa área que o Paraguai diz que é deles e que o Brasil diz que é dele, fique submersa, ao ficar submersa desaparecem as desavenças, “é genial, vamos fazer”, e aí vieram as propostas de projeto – onde entra Marcondes Ferraz, na sequência entra a usina de Ilha Grande. E aí a discussão foi muito grande, porque no começo achou-se que essa barragem ia ser muito mais próxima de Guairá, porque se pretendia fazer as duas coisas, o aproveitamento

hidráulico e ao mesmo tempo desaparecimento dessa área de litígio de fronteira, e veio vindo, veio vindo e daqui a pouco já estava quase na Argentina; quer dizer, quando chegou ali em Foz do Iguaçu não tinha mais 10 km, estava na Foz do Iguaçu, e aí se fez ali e cada vez que se recuava mais se elevava e assim mesmo sobraram 1.770, 1.740 hectares, e nós temos uma reserva binacional chamada Maracaju. Uma reserva de propriedade de Itaipu que inclusive não foi feita por decreto de desapropriação; foram comprados, adquiridos, e todos aqueles imóveis estavam registrados em território brasileiro, no cartório de Mundo Novo e em Guaíra como território brasileiro, mas como havia essa reivindicação paraguaia, fizemos este, foi feita na época aquisição dessa área que hoje é o pulmão verde ali de Guaíra, quem sai de Guaíra indo para salto de Guairá, toda aquela área verde, se você entrar no google, vão ver essa área toda é uma reserva binacional de Itaipu.

E junto com isso a discussão do Marcondes Ferraz que não era qualquer engenheiro, Marcondes Ferraz era uma referência da engenharia brasileira e tinha inclusive ocupado a posição de presidente da Eletrobras. Engenheiro, escritório, projetos dele em São Paulo... era uma referência pra toda a América, e ele tinha uma proposta que ia causar o maior problema do mundo. Primeiro que ele ficou contra a assinatura desse tratado. Dia 26 de abril de 73 era o presidente Médici que era presidente do Brasil e o engenheiro Marcondes Ferraz foi à porta do gabinete dizendo “isso aqui é a questão de soberania, não se pratica uma usina de forma binacional, isso não vai dar certo, esses países têm línguas diferentes, economia diferente, esse projeto não pode, vamos fazer só um”.

E qual era o projeto dele? Ele queria fazer um projeto... porque é claro que o que produz energia é queda, é desnível, isso que produz, não basta ter só água, é importantíssimo, mas tão importante como ter água é exatamente ter o desnível e ele queria fazer um desvio quando chegava em Guaíra e vinha até o Porto Índio, 27, 28, 30 km para baixo, desviando 30% da água do Rio Paraná para fazer exatamente as turbinas e todo o processo de produção de energia nesse local. Isso não, em qualquer convenção mundial você fazer uma proposta dessa... quando a convenção de Viena diz claramente: “água entrou em território binacional é propriedade dos dois países”, e você chegar até a boca da entrada e ali fazer um desvio para fazer o aproveitamento 30 km depois e devolver e achar que isso era viável, pioraria a situação já existente com relação à demarcação em Guaíra. Então era uma proposta completamente insustentável, mas que ele sustentou fortemente para esse projeto.

E também tinha essa possibilidade de fazer Ilha Grande, a usina de Ilha Grande chegou inclusive a sofrer desapropriação, todo o parque de Ilha Grande se deve a Eletrobras e Eletrosul. O Brasil crescia 10, 12% ao ano, energia, região do oeste, entre oeste, daria pra fazer uma usina a montante de Itaipu. Abro parênteses: hoje nós temos 45 usinas hidrelétricas e mais alguns reservatórios a montante de Itaipu, quando nós produzimos quase 100 milhões de megawatts por hora, e o projeto original propunha 75 milhões, é porque a regulação desses rios todos vai criando reservatórios. Vou dar um exemplo para vocês entenderem bem o que eu quero dizer: o Rio Grande nasce na Serra da Canastra em Minas Gerais, vem para o sul e na mesma Serra da Canastra, no mesmo local nasce outro rio, que se chama São Francisco que vai para o Nordeste, um vai para lá e outro vem para cá. No transcurso do Rio Grande há 12 usinas construídas. Ele começa lá em Camargo e de Camargo vai para Itutinga, de Itutinga vem pra Funil, de Funil vai pra Furnas que é uma grande usina em termos de reservatório, o reservatório de Furnas é maior que o reservatório de Itaipu em volume de água – porque aí há uma confusão danada e vários documentos dizendo que o reservatório de Itaipu é grande. O reservatório de Itaipu é o 7º em dimensão no Brasil, a nossa usina é fio d'água, o reservatório não tem a função que tem Furnas, que tem Sobradinho, que é aproveitar os períodos de chuva pra encher e depois nos períodos de não chuva aproveitar a água acumulada. Não, o reservatório de Itaipu tem a função de manter o nível, exatamente nessa dimensão para ter 110, 115 metros de queda e que obviamente a maior fornecedora dessa queda foi Guaíra, só ali tinha quedas de 60 e tantos metros, quer dizer, aproveitava-se exatamente esse potencial hidráulico.

Para se ter uma ideia, a 300 km de Foz do Iguaçu em direção à Argentina, tem uma usina que se chama Yacyretá de propriedade da Argentina com o Paraguai – tem muito mais água que nós, recebe toda água de Itaipu mais água do Rio Iguaçu, mais água do Rio [inaudível], mais a água do Rio 35m00s[Acaraí], e produz 20% da energia que Itaipu produz, por quê? Porque nosso rio é um rio de caixa... e essa queda enquanto que a partir dos 50 km pra baixo de Itaipu o rio começa a correr assim, pra vocês terem uma ideia onde é feita a usina de Itaipu nós temos uma barragem de 7,8 km, e Yacyretá é 69 km, e produz 20% da energia que produz Itaipu, exatamente pela queda, mas a regulação desse rio cheguei até Furnas que é a quarta – depois tem Mascarenhas de Moraes, Luiz Carlos Barreto, depois vem... me fugiu o nome, mas vem Volta Grande, Porto Colúmbia, Marimbondo, Porto Colombo até chegar em água vermelha que ela encontra o Rio Grande com o rio Paranaíba, que também tem uma série de usinas em

seu transcurso, depois tem todas as usinas do Paranapanema, todas as usinas do Tietê. Todas essas usinas vão formando essas caixas d'água para cima, que produziu energia lá, que obrigatoriamente tem que chegar em Itaipu, então a localização dela é extraordinária.

Um parêntese importante aqui, as coisas no início tinham uma discrepância. A Argentina ficou contra o Brasil e o Paraguai para fazer a usina. Foi esse processo. Só porque era tudo ditadura [não quer dizer] que se dava tudo bonitinho. Mas essa para Itaipu, foi caríssima... ela teve que ir na ONU porque a Argentina entrou com uma ação dizendo que o Brasil não estava fazendo uma hidrelétrica, estava fazendo uma bomba hidráulica e que a abertura daquelas comportas num processo eventual de uma disputa entre os países... e quem nasceu na fronteira, viveu na fronteira, sabe disso. Parecia que era sempre iminente, que algum dia ia haver uma guerra entre Brasil e Argentina. Nós éramos, na Argentina... Nossa! Na Argentina nos anos 60 tinha um processo tecnológico mais desenvolvido que o Brasil, o Brasil crescendo, esse processo sempre foi, essa disputa vem de longa data, e depois pra achar uma saída o Rosa fez um acordo tripartite que inclusive é prejudicial em alguns momentos na operação da usina. Não podemos operar com 20 unidades simultaneamente, não se pode fazer durante uma hora mais que meio metro do rio, ter essa oscilação etc.

Criaram-se vários procedimentos, coisas que quando São Pedro resolve dar risada desse documento, ele nossa, aniquila aquilo tudo porque não tem nenhuma utilidade, vamos dizer a real. Acabou sendo uma forma de poder resolver esse conflito com a Argentina. Imediatamente passou a fazer um acordo com o Paraguai pra construir Yacyretá. Yacyretá era uma usina projetada desde 1914 na Argentina e nunca conseguiu sair do papel. A gente fala muito de Itaipu, a usina e a engenharia seguiu a mecânica, elétrica, mas, na verdade, tem outras duas engenharias, uma jurídica e outra econômica. Para fazer um empreendimento desse com um país de língua diferente, cultura e economia diferentes, e os dois sendo proprietários, cada um com 50%, não existia nada similar no mundo. Então foi uma jabuticaba, uma invenção à brasileira, e aí quando nós assinamos o tratado em 73, o Brasil assinou, no mesmo ano em dezembro, o Paraguai basicamente fez uma cópia do tratado pra fazer a usina de Yacyretá.

Nesse processo de Ilha Grande aí ocorreu um fenômeno, todos nós acompanhamos aqui atentamente. Durante décadas o Brasil crescia a taxa de 10, 12% – foi o país que mais cresceu durante 5 décadas –, mas como era muito pequeno nosso PIB, nos éramos, né, o Brasil, a economia era muito, esse crescimento por maior que

fosse... é como o crescimento paraguaio hoje, faz mais de 8 anos que o Paraguai cresce a taxas... é o país que mais cresce na América do Sul. No entanto, como o PIB deles é muito pequeno, mesmo este crescimento não é muito forte; mas aí vem a primeira crise do petróleo, e aí quando vem a primeira crise do petróleo, o petróleo ficou caríssimo. Não demorou, cinco anos depois veio a segunda crise na guerra da época do Irã, daí na época não aumentou o preço, multiplicou por 8 o preço do petróleo, e com isso a economia brasileira entrou numa estagnação – depois foram as duas décadas perdidas. A economia parada não precisa de mais energia. Vocês vejam o caso específico relativo hoje, peguem os jornais de hoje: São Paulo diminui em 6% o consumo de energia desse ano comparado com o mesmo mês de abril do ano passado, quer dizer, ia num processo de expansão de energia de repente você tem uma contração e aí todas as usinas, Ilha Grande, outras usinas que estavam, essa Belo Monte, o projeto é muito mais, é anterior à de Itaipu e tantos outros projetos hidráulicos foram entrando para o final da fila porque se jogou todas as fichas em Itaipu e em 1979, 80, chegaram a propor uma paralisação, mas os contratos eram tão 41m00s [?] e tão bem feitos que se parasse aquilo seria o pior dos mundos. Quer dizer, nem concluiria... as multas eram absurdamente altas, o dinheiro ficou absolutamente caro no mercado internacional, e o Brasil fez a aposta de concluir a usina de Itaipu. Então foi feito esse processo e entrou em operação a primeira unidade; veja, a Itaipu foi constituída em maio, em 17 de maio de 1974, foi ali que entrou a primeira diretoria e que no primeiro ano tinha uma função: viabilizar as obras e poder fazer as vilas, fez a vila a, vila b, vila c, fazer obras de infraestrutura em Foz do Iguaçu, que deu um pulo, pulou para 30 mil habitantes, num processo relativamente rápido de 5 anos, isso ia para quase 40, 50, e crescia quase que exponencialmente esse processo. Então foi uma responsabilidade enorme para poder começar a fazer isso.

Foi chamado pra ser diretor de Itaipu um deputado federal general do exército, Costa Cavalcante, que já ocupara a função de presidente da Eletrobras e de ministro de Minas e Energia, e aí o processo era de tamanha dimensão, tamanha grandiosidade, tamanho endividamento, que ele num determinado período acumulou o Ministério de Minas e Energia, Eletrobras e Itaipu para viabilizar todo esse empreendimento. Pelo lado paraguaio, era do engenheiro Enzo de Bernardo – foi o primeiro diretor e ficou, nossa!, até derrubarem, até a caída do Stroessner e depois ainda ficou mais um pedacinho ainda com o general Rodríguez. O segundo presidente também foi um diretor geral, né? Presidente que na nomeação do contrato, também um general,

conhecidíssimo dessas plagas aqui, porque foi prefeito de Curitiba, governador de estado por duas vezes, senador da república, deputado federal, estou me referindo ao general Ney Braga que também comandou a Itaipu na sequência da saída do Costa Cavalcante que ficou desde o início da constituição da Itaipu. Percebam: o tratado foi assinado em 26 de abril de 73 pelo Garrastazu Médici – nesse mesmo dia ele criou duas empresas uma atrás da outra, só não lembro agora se foi primeiro Itaipu ou foi primeiro a Embrapa; foi Embrapa e Itaipu, mas no mesmo dia, são irmãos gêmeos no termo de constituição. Agora quando passou a valer de verdade já era o presidente Geisel em 74 que estava na presidência.

Bom, então a partir daí, obviamente, passou a existir a empresa, então muito do que eu tenho estudado, lido e acumulei, e olha que tem literatura sobre Itaipu, sobre o Paraguai... Porque tem um sinal trocado, o Paraguai diariamente, só pegar o jornal ABC Color, não tem um dia que não tem uma homenagem para dizer que nós somos imperialistas, que só o Brasil que ganhou, é uma loucura do ponto de vista do que se publica sobre Itaipu no lado paraguaio. E obviamente quem quer estudar e quer se aprofundar... a grande pergunta que não quer calar é a seguinte: o que seria o Paraguai sem Itaipu? Quer dizer, a maior fonte de receita e energia pelas próximas duas, talvez três décadas, sem ter que investir um centavo em geração é fruto de Itaipu; segundo lugar, outra grande conversa que a gente ouve a cada momento: “Ah, construiu, quem fez Itaipu foi o Brasil”, isso não é verdade. Quem fez os empréstimos para construir Itaipu foi o Brasil, ela foi toda construída por empréstimo; capital inicial de Itaipu era ridículo, 100 milhões de dólares e porque era tão pouco? Porque o sócio não tinha como colocar dinheiro, e quando se faz uma obra de engenharia financeira que os dois sócios ficam com igualdade de condições e um coloca mais dinheiro do que o outro? Então, não, vamos fazer tudo através de empréstimo. Empréstimo do Banco do Brasil, da Caixa, mas de todos os bancos que vocês possam imaginar, do Japão, dos Estados Unidos, da Alemanha, de Portugal, da Europa de maneira geral, pode ter certeza que tem algum contrato em que Itaipu foi buscar dinheiro. Para pagar como? Com a própria geração de energia. Como é que vai pagar? Vai pagar com a própria geração de energia.

E aí no início estava previsto seu funcionamento, entrar em operação no final de 73, e ocorreu um pequeno atraso, a primeira unidade entrou em operação em maio de 1974. Basicamente, acompanhou-se todo o cronograma. Em tese todos esses processos que eu falei, crise do petróleo 1, crise do petróleo 2. Contratos que se, olhar assim, criminosos. Temos contratos, o pior contrato é de maio de 81, 25,5% ao ano de juros em

dólar, mais o risco Brasil, e ninguém queria emprestar dinheiro pro Brasil. O Brasil tinha entrado em 46m05s [?], não estava pagando e aí só emprestava dinheiro a taxas que eram verdadeiros assaltos à mão armada ao meio-dia, e que o Brasil numa grande parte de 81 a 84 tinha que concluir, parou a ponte rio Niterói, atrasou, parou a Transamazônica, outros grandes empreendimentos hidrelétricos, mas manteve o de Itaipu, e aí obviamente, por vários anos o Brasil não teve que fazer nenhum investimento em hidrelétrica, mas tinha contraído um outro que chamava Tucuruí. E a partir do momento que acabou Itaipu e Tucuruí, nós ficamos 30 anos sem fazer nenhuma hidrelétrica no Brasil. Perdemos uma geração inteira de engenheiros, modificou completamente esse processo de legislação etc. Que não é o caso dessa discussão, porque nos tínhamos energia suficiente para atender nossa demanda, dada exatamente essa curvatura de possibilidade de crescimento quando se fez o projeto assim para depois se ter um processo muito grande de deflação e não crescimento.

Ilha grande foi abandonada, e aí veio a grande discussão, já que já tinham sido desapropriadas pessoas que residiam naquela ilha. Que é outra confusão: todo mundo pensa que ilha grande é uma ilha, tem 100, não lembro agora de cabeça, é uma centena de ilhotas que existem ali. Claro, tem uma que é a grande ilha, fica no estado do Mato Grosso do Sul, e no estado do Paraná, uma beleza de um parque que é o Parque Nacional da Ilha Grande e que até hoje tem inúmeras ações que a Eletrobras e a Eletrosul tem com os antigos proprietários, frutos da desapropriação. Aí é um ponto importante... e foi quando conversei com o Doutor Olympio, Doutor Olympio deixa eu te falar uma coisa: meu pai, minha família também foi desapropriada, também perdemos a área pela inundação e quando eu fui querer me inteirar melhor desse assunto, veio pessoal da área de meio ambiente, da coordenação, para me explicar como tinha sido feito esse processo, e quando eles falaram, escreveram de forma tão bonita eu falei “não, isso não pode ser verdade”. Falei “quero ver”, e para eu melhor verificar eu quero começar... procure lá o que tem de João Samek, de área que foi na época inundada, nós perdemos uma fazenda na beira do Rio Paraguai inteirinha, e mais o pedaço de outra área onde até hoje minha mãe mora lá na fazenda.

Gente, esses documentos estão à disposição, eu falei, “Doutor Olympio, vocês vão levar um susto”. Porque de todos os documentos da Itaipu nenhum foi perdido, nunca teve nem enchente nem queimada, não queimou, área por área, a demarcação topográfica, depois isso passou para satélite, mas as primeiras eram através de teodolitos, confrontantes, estradas, ruas, casas, pomar, tipo de cerca se era arame

farpado, se era arame liso, quanto cada proprietário tinha de gado de leite, gado de corte, ovelha, porco, galinha, era um inventário extraordinário de mais de 7 mil pessoas que sofreram parte ou na totalidade a desapropriação. Outro parêntese: quando se fala em 7 mil, quase 4 mil eram urbanos, tinha um distrito que ficava entre Foz do Iguaçu indo em direção da Guaíra, tinha uma estrada que serpenteava o Rio Paraná, tinha dois, o primeiro era Alvorada do Sul, e o distrito de Alvorada era exatamente em Santa Terezinha de Itaipu que na época nem era município, chamava Criciúma, era ali do lado onde tinha uma grande quantidade, já era um distrito muito forte e Itaporá, indo já em direção de Santa Helena, tinha um grande outro distrito, então essa somatória passava de 3 mil e quinhentas, até de 4 mil propriedades que eram urbanas e também ficaram todas elas submersas.

O tamanho do reservatório de Itaipu de lâmina de água é 135 mil hectares quando está cheio, 135 mil hectares. Guaíra foi um dos municípios que em termos de território, perdeu pouquíssimo, mas perdeu aquilo que é o mais lindo e maravilhoso patrimônio que tinha a Sete Quedas. Nós tivemos possibilidade de várias vezes, ali pra vocês terem uma ideia, quando se fez a lei dos royalties, não se levou em consideração esse tipo de coisa, isso foi feito já em 91. Levou-se em consideração território inundado e obviamente que quando se discutiu esse assunto todos os prefeitos da área de fronteira também eram indicados, não tinha eleição, nem em Foz do Iguaçu, nem em Guaíra, nem em Santa Helena, era tudo indicado, então também para você fazer um processo de reivindicação mais coerente os indicados iam, ficavam lá, atados porque se não obedecessem a esse critério, possivelmente seriam substituídos. E aí obviamente seguiu-se esse processo em que você tem um município como Santa Helena – o que mais perdeu território, o município de Santa Helena, recebe esse mês, nós pagamos 6 milhões e 100 mil reais de royalties só por essa inundação. Claro que esses municípios todos se vocês forem ver hoje o que é o IDH do Paraná, vocês vão ver que é uma coincidência, vocês vão ver que são os municípios lindos, por quê? Porque houve um processo que diminuiu a despesa do município, fiquei com menos território, menos estrada, menos escola, menos gente e deu um salto na minha arrecadação, então é por isso que você não vê nenhuma favela, você chega em Itaipulândia, você segue em Santa Helena, você vê aquela maravilha, tudo calçado, tudo cuidado, tudo preservado etc., porque obviamente foi uma forma que se encontrou de poder fazer um ressarcimento de alguém que perdeu um território e que é uma coisa superjusta. Você produz energia pra abastecer o Brasil inteiro e perde a possibilidade de poder plantar e poder fazer o desenvolvimento de uma

indústria de um mercado etc. Você tem que ser ressarcido e esse processo, Foz do Iguaçu ficou com o segundo maior royalty, segundo São Miguel que na época era junto com Itaipulândia e só depois aparece Guaíra. Então a partir desse ponto de vista, falando abertamente, nós temos uma eterna dívida, e tentamos a todo instante fazer projetos, incentivos, investimentos, parcerias com o prefeito com todo mundo lá para minimizar esse processo. E aí volto, em 135 mil hectares...

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR:** Só uma pergunta, Samek. Esses royalties devem ser pagos até quando?

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Pelo tratado, até 2023, em fevereiro de 2023 vence o anexo c. Agora já está em movimento e a nossa tese é que esses royalties, enquanto existir a hidrelétrica de Itaipu tem que ter royalty, não mudou o território de Itaipulândia, nem o de Santa Helena, nem o de Foz do Iguaçu, ele não passou a ser a divisa na mata ciliar de Itaipu, permanece sendo o talvegue do rio que é o ponto mais profundo do rio. Tem uma empresa que para se instalar usa como matéria-prima a água. Então o reservatório nada mais é que um armazém de uma empresa chamada Itaipu binacional que está ocupando o território dos municípios e com isso não se planta soja, não se planta milho, não se tem frango, não se tem suíno etc. Enfim, há uma perda de arrecadação do Estado e do município, isso não pode desaparecer.

Inclusive depois de Itaipu é que surgiram as leis dos royalties para as outras hidrelétricas. Hoje todas as hidrelétricas do Rio Iguaçu, as novas, Belo Monte, todas elas passaram também a se beneficiar de um processo que começou em Itaipu, mas eu fiz essa introdução pra dizer o seguinte: me coloquei à disposição do Doutor Olympio e também de vários trabalhos, de universidades, teses de pegar propriedade por propriedade, não sobrou um pedaço de terra devoluta, ou tinha um dono ou tinha alguém que era arrendatário, ou tinha um posseiro, ou tinha um meeiro, pra vocês terem ideia, temos aí 13 ou 14 processos que até hoje não se concluíram por problemas familiares dos herdeiros, o irmão não aceitou, o outro achou que não estava bom, “blá-blá-blá”, não se acertaram entre eles, mas está depositado em juízo.

Fora isso, todos os imóveis foram pagos, a grande discussão de que nós participamos, eu estava lá, e o Gernote estava lá, o Nelton tava lá, o Doutor Cabral estava lá, havia um grupo forte e o ITC depois fez a mediação, foi que quando se fez o segundo ou terceiro grande lote de desapropriação – 350 proprietários receberam a

indenização em dois dias –, então aquela terra que valia mil, quando 300 proprietários receberam no mesmo dia e foram comprar as terras, um mês depois tá valendo mil e duzentos, mil e trezentos, e aí começou uma grande 55m55s [?], “ai, eu perdi 10 hectares e não compro 10 hectares aqui hoje”, essa é outra coisa também fundamental. Todo o processo no oeste do Paraná, pegando Guaíra, terra roxa, você vai embora, vai a Toledo, vai a Cascavel, volta pra Foz do Iguaçu, a maioria das propriedades tem... é uma loucura, mas pra vocês terem uma ideia foi esse número, 45% das propriedades do oeste do Paraná tem até 12 hectares, não estou falando do Mato Grosso, não estou falando de Tocantins, não estou falando do Mato Grosso do Sul, que são áreas completamente distintas de grande propriedade, ali é uma, quem acompanhou, quer ler um livro, e só pegar o livro do Ruy Wachowicz. Como é que se deu o processo de colonização? Era vendido em glebas esse processo – uma imigração fantástica de gaúchos e catarinenses. As terras aqui eram muito baratas. O IBRA resolveu na época colonizar o oeste, isso eu tinha 5, 6 anos de idade, que qualquer pessoa podia ir ao IBRA requerer uma terra e num prazo de 10 anos tinha que colonizar, pagava pense uma coisa barata, só que você tinha que abrir estradas e vender. Então foram levadas, por isso que no oeste e no sudoeste só tem gaúcho e catarinense, só tem cara que torce para o grêmio e para o internacional, todo mundo toma chimarrão, é fruto exatamente desse processo. E se fez um levantamento: tinha mais paraguaios e argentinos na fronteira do Brasil quando o governo resolveu acelerar o processo de colonização naquela região, e esse procedimento, esse processo, se você for hoje pro Mato Grosso, se você for pra Rondônia... eu tive agora um fato muito recente em Sapezal, metade daquele pessoal saiu de São Miguel do Sul e de Santa Terezinha, só que eles compravam, o Mato Grosso, estou falando 10 hectares que lhes eram desapropriados aqui, porque nessa, época, se fazia essa colonização familiar? Não existia motosserra, não existia trator, era tudo no braço. Então quem foi colono, quem vinha, e eram famílias extensas, geralmente italianos, descendentes de alemães e também outras etnias, poloneses, ucranianos etc., mas que quando o cara era fraquinho tinha 10 filhos, esse era o parâmetro que se seguia, “mas o senhor vai comprar uma colônia? Colônia é 10 alqueires” “Não, mas eu tenho 17 filhos, tenho 18 filhos”, era mão de obra absolutamente familiar. Todo esse pessoal era semianalfabeto. As escolas eram todas feitas com classes, não sei como chama isso, Norton, mas 1º, 2º, 3º, 4º ano, tudo junto, era um professor só e era multi, esse tipo de ensino que iam fazendo, mas trabalhavam muito e tinham exatamente conhecimento de saber manejar a terra. Desse procedimento

todo o cara foi para o Mato Grosso e comprou 70, 100 hectares, plantou e deu certo. Comprou mais, virou o que virou aí, se você for nesse negócio “só tem brasiguai no Paraguai”, é verdade, na época da construção de Itaipu, a região leste do Paraguai não tinha chegado a agricultura, tanto que nós temos uma reserva de Itaipu, uma de 14 mil hectares e a outra de 11 mil, absolutamente virgem, não tinha a permanência do homem nessas duas áreas, todo mundo pensa que o Parque Nacional... nada, ali todo mundo roubou madeira, aquelas serrarias todas exploraram e o Parque Nacional do Iguazu não é 185 mil hectares desde sempre.

Em agosto de 39 quando foi constituído, ele tinha menos de 30 mil hectares. Quando o Getúlio... E é o segundo parque do Brasil, o primeiro é o Itatiaia, o segundo é o Parque Nacional do Iguazu. Depois o Jango fez um pedaço, o Jânio, o último que agregou, e que vai até Santa Tereza próximo de Cascavel, foi o presidente João Figueiredo, foi o último presidente que deu o contorno final a esse parque de 185 mil hectares, mas lá dentro, Santo Alberto, era lá dentro São José e São Miguel do Iguazu, nós jogávamos bola lá, tinha campeonato, era cheio de colonos dentro dessas áreas que depois se transformaram no parque. E aí veio uma das grandes teses que se discute, que vocês devem ouvir falar muito, do Ocoy, uma área que era do Doutor Santo, também tinha feito essa mesma pegada lá no IBRA – e aí há discussões se tinha índio ou não tinha índio na época. Obviamente, depois vou falar um pouco desse processo, mas verdadeiramente quando se fez a desapropriação do parque se comprou essa área do Santo que era lá de Santa Catarina, ele é lá de, sei lá, Morro dos Conventos, como é o nome daquela cidade? Hã? Araranguá, esse era o proprietário, levaram todos os produtores lá para dentro, 5 anos depois vem Itaipu e os desapropria de novo – essa área tá 100% submersa na água, com relação aos índios não precisa fazer muito, estudar para ver o que foi feito com os índios no Brasil, aí vem essa conversa “ai, 13% do território”, é verdade, mas agora, no norte, e quantos por cento do território que tem no Sul, no Sudeste, no Paraná, em Santa Catarina no Rio Grande do Sul, quer dizer, o que os brancos fizeram com os índios, e aí podemos pegar desde a época dos bandeirantes. Quem quer estudar bem essa matéria, que ocorreu durante a guerra, a constituição das missões guarani, a forma como eles se isolaram e saíram, há literatura absolutamente farta, e que nós somos devedores em relação à população indígena, e no processo dessa demarcação de terras da Itaipu é em margem brasileira, 135 mil hectares é o reservatório dos dois países, 79 mil é que pega Itaipu que, além da água, ainda tem mais um pedaço que se desapropriou para fazer as matas ciliares.

Quando se fez esse trabalho, os dados e os estudos estão lá, era ínfima a quantidade de famílias de indígenas que moravam e o único grande pedaço que ainda tinha, grande não, pequeníssimo era lá em Ocoy, com 11 famílias, ocupava uma área que todo mundo chamava de terra dos índios – passava de Alvorada, logo à direita, no Rio Passo Kue, passando o Rio Passo Kue, entre o Passo Kue e o Rio Ocoí, estava lá a terra dos índios...

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR:** Você fez uma referência aqui que houve indenização aos proprietários ou possuidores, e também houve brancos e houve o pagamento de royalties aos municípios. Inclusive tua posição pessoal é no sentido que esses royalties continuem sendo pagos ainda que o tratado esteja por vencer. Em relação aos índios qual foi o tratamento que a Itaipu deu a eles naquele período?

**JORGE MIGUEL SAMEK:** 1h03m22s [?] foi ocupada pelo lago...

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR:** Pensando atualmente, porque aqui você tá falando de um lago de 75 mil hectares...

**JORGE MIGUEL SAMEK:** 75 é no total, dos dois países, 80 mil, vamos colocar mais um nessa.

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR:** 80 mil, Brasil...

**JORGE MIGUEL SAMEK:** É porque ali tinha, além da água, um pedaço onde estão as matas ciliares. Nesse território todo. E nós temos escritura por escritura, tá lá mapa por mapa, confrontante com confrontante, havia 11 famílias com 30 hectares – uma vergonha.

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR:** Porque a informação que chegou pra nós, Samek, diz que antes do processo propriamente dito, de início da instituição da Itaipu, já no projeto de estruturação da usina, quer dizer dirigida aí pelo processo da Eletrobras dos governos militares etc., o que chegou de informação pra nós foi o seguinte: muitas das famílias foram afastadas e temos um depoimento contundente de índios nesse sentido, foram levadas de caminhão para outras localidades, caminhões do

Exército, caminhões de colonizadoras, parte foi até, fugiram para o Paraguai, que dizer, até onde vocês, você tem conhecimento? Não, claro, aqui é só... Até onde você tem conhecimento disso, né?

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Esse processo, Daniel, pode lhe garantir o seguinte: se você pegar o pastor Füchs, se você pegar o CIMI, se você pegar a comissão da pastoral da terra, nesse ano, já eram atuantes, é um desrespeito ver o que saiu numa revista recentemente, dizendo que índios estavam pulando, que se jogaram nas cataratas, que foram embora em caminhão, que conversa é essa, não tem uma fotografia? Um documento? Para mostrar um processo desse, numa época que nós já militávamos, não se corrige uma injustiça com outra injustiça. Esse processo Itaipu, por exemplo, se tivesse já na época o escalpo que depois comprou 1.700, mais o que era a exigência que fazia o próprio CIMI, nós compramos mais de 270 hectares, não olhou para uma questão para dizer “espera aí, de fato achamos aqui só 30 hectares que estão ocupando”, mas será que uma empresa que vai desapropriar tudo nessa área não pode comprar 1.500, 2 mil, 3 mil hectares, naquela época que a terra era de graça. Dentro do pacote do conjunto, da obra, não estou falando aqui como engenheiro de obra feita, e como alguém também que tem compromisso com essa tese, com essa causa. Tanto é que o presidente da Itaipu... da Funai da época, remete um documento para o diretor-geral de Itaipu dizendo de todo o levantamento feito pela Funai – ele constatou que era esse o número. Falando em Werner Füchs, ele é onipresente [risadas], então está ótimo. Mas pelo amor de deus, é uma homenagem.

Mas, viu, só pra responder essa pergunta pontual. Aí se fez uma área e foi oferecida para os indígenas, mas não foram só eles, todas essas instituições na época participaram, isso está documentado. Eu estou falando que existe documento, não estou falando do que eu acho, está lá, a disposição, participaram naquela ocasião a pastoral, o CIMI-SUL, a Comissão de Justiça e Paz, Anai, e foram ver a nova área que é onde que está essa reserva do Ocoy de 250 hectares, saíram de 30 e conheceram 250, e Itaipu ainda falando que estava fazendo um grande favor aos índios, claro que sair de 30 para ir para 250, e aí se abriu uma exceção. Eles puderam usar inclusive a área do lago, não se permite isso para nenhum outro proprietário, mas foi permitido aos índios. Terminado esse processo que tem a assinatura dessas entidades, junto com os guaranis, começou o CIMI a fazer um grande trabalho, e aí o Marés teve participação, o pastor Füchs teve participação, Kirinus teve participação, de exigir que Itaipu comprasse mais 1.500

hectares, essa foi a grande reivindicação da época, e, nossa!, tivemos reuniões aqui, na Funai etc. Itaipu nunca comprou essa área.

Em 1977, então Itaipu comprou 1.740 hectares, mas não grudado ao Ocoy ou à região onde está essa reserva, foi em diamante do oeste, que é uma reserva que eu recomendo pra quem não conheça, vá conhecer porque é uma Inhatete e nós atuamos tanto no Ocoy quando na Inhatete e depois em 2007 compramos com a Funai num trabalho grande mais 248 hectares 1h09m00s [contidos] ao Inhatete, também em Diamante, o que constitui as três reservas onde nós atuamos e de 2003 pra cá. Se vocês quiserem eu posso falar tudo que nós investimos, os gastos que fizemos, as casas que nós construímos, as escolas que foram feitas, algumas em convênio com o estado do Paraná, as casas de reza, toda a questão de cultivo da terra, o artesanato, recursos, recuperação da sua história, gravação de CD, enfim, uma série de ações que nós desenvolvemos no sentido de ir resgatando e dando dignidade.

Nunca mais morreu ninguém de fome, nosso projeto foi levado em consideração para o Mato Grosso do Sul – estavam morrendo de desnutrição. Nós não temos esse problema, eles são autossuficientes em boa parte das comidas, produzem cateto, capivara, tem gado de leite, tem horta, tem pomar, enfim, é uma área que tem um belíssimo rio, grande área de floresta ainda existe e também uma área grande agricultável que Itaipu tem convênio com técnicos e tecnologia, obviamente. Cada um tem uma pequena parcela perto de onde mora, mas tem áreas coletivas onde é feito o cultivo através de máquina e tal que dá sustento e que dá dinheiro para eles próprios irem trabalhando e desenvolvendo, e assim vão mantendo sua atividade. Então, hein?, dos indígenas, só indígena, nesses documentos históricos que Itaipu tem, tem uma parte que tem os indígenas e os caboclos, que tem casamento de branco com índio e tal e que também tinha nessa época, quando se fez esse levantamento, que se chegou nessas 11 famílias com 30 e tantas pessoas.

**JEFFERSON DE OLIVEIRA SALLES:** Com licença. Nós temos várias perguntas, eu ia fazer umas três, mas espaçadas. A primeira é em relação justamente a esse laudo que o senhor cita, que é o de um indigenista chamado Célio Horst. Na época ele produziu o laudo, não sei se o senhor tem conhecimento da relação dele com Médici, Geisel, ele era íntimo dessas pessoas, e nessa época a Associação Brasileira de Antropologia questionou o laudo, questionou fortemente o laudo dele. Nós temos aqui o questionamento – está anexo no nosso laudo. No laudo, ele fala da grossura do nariz,

fala da forma do olho, da forma do queixo, para dizer se a pessoa é índio ou não, que são pressupostos racialistas que a ABA tinha abandonado há algumas décadas. Então, ela questiona o número de onze indígenas, desculpe, onze famílias. Inclusive segundo nosso levantamento, tem famílias que são separadas, um da família era considerado dentro dos onze e outro não era. Pai e filho, da mesma família, o pai não era e o filho era índio, então se gerou uma grande questão e daí as pessoas citavam uma frase do general... quem era nessa época, se eu não me engano, era o General Ismart que era presidente da Funai. O general Ismart, também submetido ao general Costa Cavalcante que, por sua vez, também era do CIMI e o general Ismart também era do CIMI, então acho que tinha uma correlação de forças muito difíceis para Funai fazer uma coisa diferente. Não, desculpa, da Funai era o General Ismart, do Minter era o general Costa Cavalcante, e a Funai estava submetida ao Minter, Ministério de Integração, então era um general submetido a outro general que é uma coisa, e a outra coisa é a Funai submetida ao Minter com dois generais; e a terceira coisa, os dois, todos generais que foram presidentes da Funai, todos eles foram do SNI, que foi mais uma das criações do Costa Cavalcante. Então acho que tinha uma conjuntura bastante complexa e esse laudo acho que explicita isso, mas a frase que eu dizia era o seguinte – ele cita que em uma entrevista o Costa Cavalcante teria dito “os índios para o Paraguai e os animais para o refúgio”, que era o parque, então era mais ou menos isso, queria saber essas duas perguntas então. Que tipo de influência essa articulação da Funai, que o senhor citou, né, que ele foi presidente da Funai e ministro do Minter...

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Não, foi da Eletrobras, ministro de Minas e Energia e Itaipu.

**JEFFERSON DE OLIVEIRA SALLES:** É isso, ele era simultaneamente um general que tinha relação com os outros generais presidentes, inclusive presidente da Funai, uma relação hierárquica dentro do exército, que é uma questão, e a segunda questão era que ele tinha sido ministro ou era ministro e junto com outro que era presidente só de uma agência da Funai, é uma dupla hierarquia, é isso, é essa a pergunta, e se isso influenciava na questão indígena.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Veja, eu não vou fazer nenhuma defesa, se vocês pensam que vão extrair, que eu vou defender o regime militar, esqueçam, eu era crítica voraz

desse processo. Agora eu procurei, tentei ver, quero ter alguma coisa que o Costa Cavalcante, general Costa Cavalcante tenha extrapolado, não nos limites de querer comparar ele com o pastor Fuchs, não estou fazendo essa comparação. Eu quero saber se o cara foi torturador, tá envolvido em algum processo de tortura, participou de algum procedimento? Nem ele nem Ney Braga, francamente estou falando aqui na Comissão da Verdade, não achei nenhum processo em que eles tenham tido um comportamento como tantos outros que nós vimos, basta pegar e ver o trabalho que foi feito na época, Tortura Nunca Mais, pegue ali, ali não foi um trabalhinho pequeno, gente, foi um trabalho de anos, ouvindo, torturados, pessoas que sofreram, que foram mortas, perseguidas, perderam empregos e tudo o mais. E verifique que [inaudível] para também não colocarmos nesse processo... com o qual a todo instante tentam me rotular. Eu agora sou um ladrão porque meu partido está no governo, roubou não sei o quê. Pô! Não sou ladrão. Então, dessa mesma forma eu quero que as pessoas estabeleçam, tenham um nível de responsabilidade e respeito, eu tenho que agir dessa forma com as pessoas para que haja enfim justiça.

Agora achar – não vamos aqui ser ingênuos – que no regime militar eles não conversavam, que eles não tinham diálogo. Mas, gente, costuma-se ter 40 mil funcionários trabalhando simultaneamente; os sindicatos já existiam desde aquela época, aliás o presidente do sindicato e o CEP, Aluizio Palmar tá em Foz do Iguaçu quando vocês pediram pode ver documento; eu entro em 2003, mês de maio, chega o Doutor Cabral que era meu diretor jurídico da Itaipu João Bonifácio Cabral, que tinha sido preso, e o João Bonifácio Cabral foi lá e o Aluizio foi lá e eles dizem “nós queremos entrar nesse processo”... onde tem uma resenha diária que eu recebo das principais coisas que acontecem na usina e no entorno da usina, boa parte é recorte de jornais, que você mas eu não tenho tempo de ver tudo, hoje eu fui tomado de surpresa ao saber que o atual presidente da câmara dos deputados tinha anulado, eu nem sabia disso, meu motorista me comunicou. Na empresa todo dia eu chego tem lá uma resenha bem elaborada que trazem esses fatos, está tudo lá.

Aí nós acertamos com o Doutor Cabral, com nosso pessoal do centro documental técnico, entrem nisso, podem escarafunchar. Ficaram três meses e pouco e aí chegaram, se tinha alguma coisa mais pesada, tiraram, então já passa a ser um processo de dedução e talvez se tivesse alguma coisa mais pesada pudessem... eu vi um documento, por exemplo, que eu recebi a pouco, Norton, de que naquela tragédia que ocorreu na estrada do colono, que os corpos foram jogados no lago de Itaipu, é a coisa

mais interessante, o lago só se formou no ano de 1900... Quase 15 anos depois que ocorreu a tragédia, quer dizer, como é que jogou o corpo num lago que não existia lá. Então, teve um jornalista recente, foi fazer uma matéria e eu fiquei contente quando ele foi para poder mostrar – pensei quero que ele vá, mas não quero eu falar, quero que você vá conversar com os caciques, quero que você vá falar com os municípios e veja que coisa mais... a pergunta que não quer calar: porque nesse território inteiro as únicas reservas que foram constituídas foi só porque Itaipu comprou e pagou?

Índio tinha até Ipiranga até ponta grossa; índio tem por todo lugar aqui no Paraná, interessante, né? É só, só estava ali na área do território onde está Itaipu, quer dizer que o resto do Paraná, em todo lugar que vai em Umuarama que sai para Toledo, Cascavel, Guaíra, que vai para Terra Roxa, quem vai para Guaraniaçu, nenhuma área, então eu ousou dizer, veja, é uma afirmação pesada, que essas áreas de 1.770 hectares e 246 hectares, se não fosse a presença de Itaipu não existiriam. Com absoluta certeza e com tranquilidade, afirmo que isso não existiria, ponto dois, gente, posso também afirmar a vocês que esse processo que tínhamos na Itaipu, eu fui estudar um pouco e lembro. Eu não sei qual é a visão que cada um aqui tem do Ney Braga, mas nós tivemos um diretor jurídico que foi um deputado cassado, é do Maranhão, Costaferro, e um escritor serviu à verdade no governo do presidente Sarney e foi diretor jurídico do Ney Braga. Pegue o histórico dessa pessoa e você vai ver que tinha relações com essas causas mais sociais, a ponto de dizer, “não acredito que só tinha 30 famílias de índios nessa área que Itaipu está dizendo aqui”. Historicamente, antes da constituição de Itaipu, claro que tinha mais índio, mas em outras palavras o que ele queria dizer assim “é uma vergonha uma empresa dessa envergadura só comprar um pedacinho de terra desse tamanho”, só que ele não levou a ideia a ferro e fogo e consequência. Eu até hoje não tirei a cisma com o Doutor 1h20m10s [?] mas tenho pra mim que ele era muito próximo do bispo de Palmas e do bispo de Chapecó, era próximo do pastor Füchs, era próximo do Kirinus, era próximo do Nelton, tinha uma relação forte com a [assessora], com os movimentos de agricultura familiar, com os movimentos de igreja... quando Itaipu comprou mais 1740 hectares, a reivindicação do CIMI era 1.500, tinha comprado 250, comprou mais 1.700, ali estava, e esse processo de dizer “temos uma dívida com essa comunidade e temos que restabelecer”. Quando começamos a trabalhar com a Funai conseguindo mais de 1.200 hectares em Diamante, é com esse teor, não é que tem uma dívida, nós estamos eternamente devedores para a causa. Nós gastamos no último número, em dezembro desse ano que passou, 12 milhões desde o dia que eu entrei na

Itaipu em 2003 até agora só nas comunidades indígenas, as casas, todos os índios, eu passo ali, em Nova Laranjeiras, aquele negócio, não sei se vocês tem visto, o que é aquilo? Não lá em Itamaré; são casas do estilo guarani, levamos eles, trouxemos uma arquiteta de lá, casas que podem ser mudadas, feitas de pau, é um processo permanente, escolas todas bilíngues, comentando esse processo, que é um procedimento assim, por que Itaipu faz isso? Porque tem que ter esse nível de responsabilidade de querer obviamente, pagar uma dívida que não é da Itaipu, é uma dívida de Estado, mas que Itaipu está pretendendo fazer sua parte.

E de 2003, sim, eu respondo por qualquer uma das ações, inclusive há áreas ocupadas nossas em Guaíra, estão na nossa faixa de proteção, áreas que deviam tá lá para preservação permanente. Não permiti que a jurídica fizesse qualquer ação de reintegração, ia pegar e colocar onde? Jogar na rua? Devolver? Vamos trabalhar no sentido de adquirir outras áreas, se não para Itaipu, através do governo, vamos ter que fazer essa pressão no sentido de poder ir ampliando esse espaço, então é mais ou menos, quero lhe ouvir.

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR:** Só um pouquinho Samek, só uma perguntinha, você falou aqui... ah, desculpe.

**CLAUDIA CRISTINA HOFFMANN:** Obrigada. Eu sou colaboradora do relatório do campo da comissão da verdade, e sou filha da costa oeste do Paraná. Então eu conheço bem esse contexto que o senhor relatou, né? Mas o senhor sabe que também, além das terras indígenas, há também regiões quilombolas no oeste do Paraná, além dos descendentes de alemães e italianos, né? Só pra pontuar, e o senhor falou que não há provas, não há comprovação e fotografias, por exemplo, de alguma violação de direitos humanos contra os indígenas, né? Que não havia registros, o senhor chegou a comentar isso. Então recentemente nós tivemos o depoimento de um ex-funcionário da Itaipu que foi admitido na década de 70 ainda – hoje está aposentado –, e ele nos trouxe fotografias de funcionários da Itaipu colocando fogo nas moradias indígenas na região oeste. Eu perguntei o porquê de colocar fogo, e ele disse que era só pra assustar para que os índios fossem embora e nunca mais voltassem e incomodassem menos. Então, só para perguntar se o senhor tem algum conhecimento, se o senhor já ouviu alguma história ou se o senhor, buscando conhecimento, foi só nos documentos de Itaipu, porque as academias têm feito muita pesquisa a respeito, inclusive a tese da professora Maria

Lucia Brant, ela questiona os próprios relatórios da Funai, os números que foram registrados e há forte indício de que houve manipulação desses dados, né? Para favorecer a construção da usina. Então, gostaria que o senhor comentasse...

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Vou te dizer: no início do procedimento Itaipu, começou a atuar na área de forma mais forte de 76 para frente, foi constituída em 74, maio de 74, não fez nada em 74 que não fosse primeiramente começar de trabalhar para ter a infraestrutura em Foz do Iguaçu. Nessa área, andava e rodada lá, vocês vão ver também documentos que dizem assim “o Parque Nacional do Iguaçu era cheio de índio” – eu posso garantir, de 60 anos pra cá não tinha índio no Parque Nacional do Iguaçu, não tinha, quem está falando isso, não está falando a verdade, não é nessa comissão que eles têm que vir falar. Na área relacionada à Itaipu, esse procedimento consta de um documento de quando eles foram transferidos da área de Ocoy para a área nova de 250 hectares. Obviamente que na sequência, tudo que não foi levado, o que se construiu de outras benfeitorias e tal, fez-se um cercamento e se queimou coisas. Isso é a resposta que eles dão. Eu repito: se você perguntar: “você assina isso embaixo?” Eu não; não sei... eu conheço tanta gente boa que está em Itaipu desde aquela época e que tinha compromisso com a questão indígena, dos agricultores, dos pequenos agricultores, de indenização mais corretas, como eu conheço um monte de canalha que também está aí, que detesta índios, quilombolas, nós temos atuação lá no 1h26m00s [apipu], temos atuação, os quilombolas que estão na região, para todos têm ação de Itaipu, um trabalho de resgate dos quilombolas.

Você nem imagina a pressão que temos sofrido nos últimos três anos, principalmente em Guaíra; começou a adensar, volto a repetir, ocuparam três áreas inclusive nossas, de Itaipu, tem mais áreas ocupadas em Guaíra, na busca de ampliar territórios e nós, ao trabalhar com os indígenas, vocês pensam que nós recebemos aplausos das instituições agrícolas, dos deputados, do congresso nacional, das cooperativas? É um processo dinâmico e terrível, do ponto de vista, e a doutora Regina pode falar, porque eu com a doutora Maria Tereza fomos algumas vezes junto com a Doutora Tonia, me parece, tratar assuntos para ver como a gente consegue ir trabalhando porque teve, não sei se vocês lembram, teve um ano já longínquo, um tal de Jogos da Natureza e se pediu que Itaipu cedesse um pedaço do seu território para fazer uma base náutica, e em cada uma dessas bases náuticas atrás o governo do estado desapropriou áreas de 50 hectares, 30 hectares, 20 hectares, que era exatamente pra

fazer um complexo turístico que não vingou. Não funcionou esse projeto, ruiu, e boa parte dessas áreas está com ocupação indígena, estão ocupando áreas que são 1h27m00s [?].

Enfim, nos constituímos um comitê gestor da questão indígena, vocês vão ver ali no nosso comitê tem a participação de todos os movimentos de direitos humanos para poder trabalhar essa questão e é uma questão aberta, só que de três anos pra cá, a Funai começou a fazer um trabalho na região de Guaira, dizendo que ia fazer um território junto com o Ministério Público Federal e começou a ter as maiores fofocas que vocês possam imaginar. Ia ter 10 mil alqueires, que 600 proprietários iam ter que sair, que não ia ter desapropriação nenhuma, que tinha acontecido um raposo não sei das quantas, que só se pagava pela benfeitoria, as terras... Bom, aí começa haver um processo de pessoas que já residem há 100 anos, 90 anos, 80 anos, 60 anos. Terceira, quarta geração, quando você vê tem proprietário de 5 hectares, 10 hectares lá, e querendo guerrear com índio, porque a questão está muito mal resolvida. Em novembro, não sei se vocês tiveram acesso ao, acho que novembro do ano passado, em Guaira, foi feito um grande movimento com 3 mil e poucas pessoas em Guaira em pé de guerra, vieram deputados federais, senadores, deputados aqui do Paraná, todos, nenhum se posicionou a favor dos índios, ninguém, nenhum, zero índio, “uma vergonha, acabando, as terras que valiam tanto, agora estão valendo tanto, não sei o que, tenho informações concretas que está vindo aqui um processo de 10 mil alqueires, Guaira vai ficar desse tamanho, vão tomar toda Guaira e um pedaço de Terra Roxa”. Tem que ver os discursos, inclusive pessoas de personalidade, [inaudível] não é possível, não estou acreditando no que estou escutando aqui, isso tá gravado gente, está lá, ocorreu, e essa dinâmica lá, permanece.

Nós estamos conseguindo uma coisa interessante via Itaipu que é melhorar também a questão dos índios no Paraguai, lá não falta terra, falta exatamente fazer esses trabalhos de infraestrutura, melhoria das condições de saúde etc. Mas esse é o procedimento que ocorreu, volto a falar para a senhora que, a partir do momento da maior reivindicação, além dos 150 hectares, todos os movimentos assinaram em conjunto, o deslocamento daquelas famílias que eram 11 quando foi feito o levantamento, quando foram transferidos eram 19, todo esse documento assinado no dia seguinte passou a vir da reivindicação de 1.500 hectares, essa também está vencida, e depois disso nós compramos quase 1.800.

**JEFFERSON DE OLIVEIRA SALLES:** Vou fazer pergunta...

**RAQUEL DE SOUZA FERREIRA OSOWSKI:** Não, doutor, aqui nós...

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR:** Pequena intervenção depois, pode falar.

**RAQUEL DE SOUZA FERREIRA OSOWSKI:** O seu depoimento foi muito esperado justamente no sentido de colaborar conosco até para tentar entender alguns processos de forma mais institucional como a sua, e também como o senhor comentou agora dessa questão em Guaíra recentemente aqui na detecção que alguns processos são construídos para que seja... para que as consequências sejam as esperadas do ponto de vista do desenvolvimento. Então essa questão de Guaíra, até falando assim, que não seja o objeto daqui, mas há até um antropólogo que foi questionado já na sociedade, na sociedade brasileira de antropologia por conta desses laudos, de criar esse pânico na população dizendo que nesse sentido Guaíra iria diminuir.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Esse mais recente que você tá falando?

**RAQUEL DE SOUZA FERREIRA OSOWSKI:** Não, não, esse recente que o senhor está falando. Então o que nós esperamos é essa contribuição de tentar entender se o senhor tem conhecimento de que aconteceu lá atrás também. Especialmente, com esta construção do vazio demográfico em relação aos índios, porque foi uma construção, né? Então aqui eu acho que o Jefferson vai comentar depois, nós temos o laudo da doutora Brant que fala de quantas Tekohas foram extintas antes da inundação, então quer dizer que era um processo gradual de expulsão.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Desde 1940 foi extinto mesmo?

**RAQUEL DE SOUZA FERREIRA OSOWSKI:** É esse auxílio que nós esperamos do senhor, em relação aos documentos...

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Deixa só eu colocar aqui porque esse 1h32m10s [?] é importante...

**JEFFERSON DE OLIVEIRA SALLES:** Posso completar doutor? Daí o senhor fala...

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Claro, pode.

**RAQUEL DE SOUZA FERREIRA OSOWSKI:** Em relação aos documentos que o senhor falou, que é a nossa pergunta inicial sobre os documentos, e o doutor Cabral quando depôs aqui pra nós mencionou que ele e o Aluizio entraram lá no setor de informação pra tentar localizar esses documentos, mas que efetivamente documentos novos ou relevantes não foram encontrados e que esse setor tinha ficado a cargo de um general da linha dura, foram essas as palavras do doutor Cabral antes de eles entrarem, pra conhecer esse documento, depois a gente foi verificar que esse general era o Zuiderzee Lins de Silva que era e foi acusado na...

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Na Itaipu, trabalhou...

**RAQUEL DE SOUZA FERREIRA OSOWSKI:** Sim.

**DANIEL:** O Jorge Nacle... complementar que essa história eu conheço. Zuiderzee Nascimento Lins foi indicado como torturador no livro *Brasil nunca mais*. Então não se trata de uma investigação da Comissão Nacional da Verdade ou da Comissão Estadual da Verdade; os fatos que nós levantamos já eram conhecidos e nós só aprofundamos. Zuiderzee Nascimento Lins foi apontado como um torturador em alguns casos aqui do Paraná. Foi chefe do DOI-CODI do Paraná no período da ditadura civil-militar. Dizem que esteve envolvido também na clínica Marumbi que funcionava ali onde é hoje o hotel, é próximo ao Shopping Curitiba, onde eram as cavalariaças do Exército, ali, e foi funcionário da Itaipu levado pelo... Quando ele, quando há o processo de redemocratização no Brasil, ele é levado pra trabalhar com o Figueiredo em Brasília no Serviço Nacional de Informações; depois fica em Brasília, e quando é o processo de redemocratização e o Jorge Nacle assume aqui a direção geral de Itaipu, o Jorge Nacle traz ele para ser chefe da ASI de Itaipu, da Assessoria de Segurança e Informação de Itaipu. Inclusive, posteriormente, ele entra com uma ação trabalhista contra Itaipu, né, o Zuiderzee Nascimento Lins, e recentemente – inclusive foi trazido aqui a conhecimento da comissão – ele foi homenageado pela fundação Itaipu como alguém que prestou grandes serviços a Itaipu em seu período quando era chefe da Assessoria de Segurança e Informações. E é relativamente a esse personagem que entra a questão dos documentos.

O que o senhor como diretor geral da Itaipu pode nos dizer no sentido do funcionamento da estrutura de segurança e informações da Itaipu. Porque nós temos documentos – nós até pedimos para serem impressos aqui – que demonstram que havia uma estrutura verticalizada de estrutura de repressão no Brasil que permeava toda a estrutura do aparelho de Estado; então, os Ministérios da Educação, do Planejamento, da Cultura, as faculdades, as universidades, as empresas públicas, o Banco do Brasil, todos eles tinham uma associação, uma assessoria de segurança e informações, essa assessoria de segurança e informações estava vinculada diretamente ao Serviço Nacional de Informações, que, por sua vez, disseminava essas informações do departamento da Polícia Federal, ia ser de ordem política e social da Polícia Federal e delegacia de política social de secretaria de segurança dos Estados, era um serviço que funcionava em rede, antes, muito antes da internet. Pois bem – a Doutora Raquel já colocou isso –, pelas investigações feitas, poucos documentos foram encontrados em Itaipu. Você falou agora há pouco que nenhum documento da Itaipu foi perdido ou queimado; bem, se não foi perdido e nem queimado, eles existem, certo? E nós temos documentos que foram encontrados no arquivo... arquivo nacional do SNI que diz respeito ao processo de repressão política na Itaipu conduzido pela assessoria de segurança e informações, tanto no período do Zuiderzee Nascimento Lins quanto no período anterior e período posterior. O que eu pergunto a você é o seguinte: sobre a existência desses documentos, onde esses documentos podem estar?

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Só complementando Daniel, o Zuiderzee foi chamado para depor nessa comissão e não compareceu; foi chamado duas vezes e não compareceu.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Veja, eu não tinha conhecimento da figura desse general, o que eu posso dizer é que o período mais curto de Itaipu, mais nefasto foi esse do Collor em que o Jorge Nacle ocupou por alguns meses a Itaipu. Porque o Collor quando entrou... veja, não estamos mais falando da época pesada etc., o presidente Collor entrou, para primeiro diretor-geral de Itaipu chama Francisco Xavier, foi recentemente secretário de estado da educação aqui no Paraná, ocupou a telefônica, a TELEPAR, esse foi com um ano, um ano e pouco e depois ele saiu e aí entrou Jorge Nacle e ficou esse período até eles serem fichados, então foi um período curto, e que a função exatamente do pessoal que trabalha com o sistema de informação, eles trabalham interligados até

hoje, doutor Daniel.

O serviço de inteligência... não pense que o serviço de inteligência do estado não conversa com o serviço de inteligência do Governo Federal, e que conversa com o serviço de inteligência da polícia... É uma rede, esse procedimento de querer, por exemplo, no caso específico de Itaipu... Itaipu não pode parar, é o único empreendimento do Brasil hidrelétrico que não dá pra fazer decape qualquer usina do rio Iguaçu, do rio... A nuclear, a do Tucuruí pode parar que o sistema está preparado e imediatamente em milissegundos suprir a necessidade daquela energia que entrou em colapso. Só tem uma que não pode ter decape – a usina de Itaipu, já representou 26%, hoje são 18% de todo consumo do Brasil e aí automaticamente... óbvio que eu acho que dificilmente vai ter alguém que vai chegar com uma bomba lá e vai explodir, mas os cuidados que são tomados obedecem com todo rigor a um processo de segurança de uma área de segurança nacional, e nós ampliamos isso. Quem vai a Itaipu vê que pode entrar na usina, olhar, mas vê se você entra com a mochila, vê se você entra com teu carro, são todos procedimentos que foram ganhando palmo a palmo porque a função de quem faz o processo pesado de cuidar das instalações – ditas de interesse nacional – tem todo um protocolo. Foz sempre foi uma cidade muito militarizada, sempre, eu era criancinha, lá tem tudo, falou em militar tem tudo, todos estão lá, mas se criou uma companhia para não ficar muito na cara que era em Foz, em Cascavel, para cuidar exatamente de um procedimento que tem todos os estudos prontos do ponto de vista de não permitir a paralisação do funcionamento. Nós tivemos um problema na época da destituição de um presidente paraguaio, quando saiu o Stroessner e entrou o Rodríguez, tivemos outro problema quando saiu o presidente Cubas. Recentemente tivemos um projeto e um processo com a saída do presidente Lugo. Cada vez que ocorre um processo desse é óbvio que os movimentos que querem causar transtornos, se movimentam, e se quisessem fazer uma coisa grande 1h40m55s [?] era paralisar uma usina como Itaipu. E obviamente que isso não pode acontecer, porque o processo nacional de perda de procedimento, pense em hospital, pense em rede de metrô, pense em todo o sistema bancário, em tudo, exige energia, você retirar um procedimento desses, então tem lá agora.

Nós estamos restritos hoje na Itaipu, há 4 mil hectares, já teve época obviamente, em sua origem, era um troço bom, os maiores órgãos aqui até nas universidades, não era só nas empresas, o Norton sabe muito bom, nós sabemos todos, quando passou o período de 74, 76, como que... aliás, pegue as fichas do DOPS, vai lá,

eu dou risada, porque o que se escreve de asneira nas fichas. Um dia desses estavam eu, Décio e a Zélia. Agora que eu digo, quando abriram as fichas do DOPS, aí o que tinha de coisa escrita, absurda que não é verdadeira, mas está lá, quem escreveu, alguém escreveu, assim como também reuniões, a gente estava num número diminuto e de repente estava lá. Outra coisa que também faz uma interrogação na cabeça de todo mundo, como é que pode? Tente resgatar aquelas velhas reuniões. Mas na reunião só estava em 12, em 8, pô! Esse aqui, mas, não, de jeito nenhum, como é que esses caras...? Então escuta essas coisas não é coisa tão recente, só pode ser isso, não poderia ter saído daquelas reuniões, entendeu? Então tem muita coisa, obviamente, que nesse período ocorreu, volto a frisar aqui: tentei levantar, estudar, liberei todas as teses que saíram da Unioeste, da Federal do Paraná, da Federal do Rio de Janeiro, da Federal de São Paulo, estudos foram feitos e foram liberados para poder ter acesso à documentação que está lá. Trouxe, fiz um... aqui vou confidenciar a vocês: num processo de tentar restaurar minimamente uma injustiça, vocês conheceram o Juvêncio Mazzarolo? Eu estava na faculdade ainda, estava me formando e ele foi o último preso político do Paraná, e ele escreveu um livro chamado *Taipa*, sobre Itaipu e junto com isso um processo enorme de um jornal *Nosso Tempo* em Foz do Iguaçu e que é onde nós tínhamos espaços, e todo dia tinha uma colocação pesada e tal, foi “perseguidíssimo” e estava num ostracismo, abandonado e esse foi um dos que a gente também... faleceu recentemente, mas nos últimos anos dele trabalhou na Itaipu, e foi em cima desses dados que também para ele era até uma questão relacionada de querer buscar algumas coisas que tinha de procedimentos, uma, das pessoas que ele tinha extrema desconfiança de que era pessoas que tinham e faziam informações... levantamos, enfim em conjunto, no sentido de exatamente poder ter esse nível de relacionamento aberto pra buscar essas questões. E repito a vocês: a forma para resolver a questão indígena assim como a reforma agrária, formas existem, e a forma com que Itaipu adquiriu áreas para mim, essa é a mais correta. Você querer chegar lá no oeste do Paraná em qualquer um daqueles municípios e dizer que vai fazer uma reserva e não vai pagar ou não vai pagar e vai ser só por benfeitorias etc., gente, isso cria uma convulsão e cria um processo em que todas as forças políticas, sociais, populares se tornam, contra a causa, há um procedimento que tem que ter, saber interpretar essa dinâmica. Volto a repetir: num lugar em que até 70% das propriedades tem até 50 hectares, não estamos falando de latifundiário, e de repente nós conseguimos a proeza de ter todos contra – é falta de saber encaminhar questões e buscar mais entidades e pessoas no sentido de somar à boa

causa e não fazer um processo de a gente ir se isolando a tal ponto de eu sentir na carne o que foi a minha presença em Guaíra, era eu marchando para um lado e 5 mil vindo de outro lado, com pessoas que eu até assim tenho boa relação, deputados de prestígio de nível nacional que representam nosso estado, na época tinha um que era senador etc., e com discursos absolutamente para aniquilar o movimento na busca de fazer isso que vocês tanto querem que é de poder recuperar da melhor forma esse verdadeiro processo que nós cometemos com a população indígena.

**WERNER FÜCHS<sup>11</sup>:** Samek, é bom a gente recuperar essa situação toda, né? Eu queria contribuir um pouco com a perspectiva de quem estava lá, no meio desse povo e, vamos dizer assim, olhando de baixo. Sentindo assim, a Itaipu totalmente refrataria essa questão indígena, né? Inclusive talvez até já conste aí nos dados de vocês, mas quando eu levei aquela vez um grupo do Ocoy para Foz do Iguaçu, no ano 80-81, é porque tinha um cacique na verdade, mestiço, ou branco lá dentro, forçando ele de arma em punho, trabalhar, colher o milho dele. Aí nós também fomos numa romaria, avisamos Juvêncio, pedimos ao doutor lá... também da Justiça e Paz de Medianeira para ver lá, mas eu não podia, mas o Juvêncio nos acompanhou e aí nós fomos primeiro na Polícia Federal – “não, não, isso aqui é coisa da polícia, é coisa da Itaipu, vai na polícia de Itaipu”, aí depois “não isso aqui é coisa da Polícia Civil” e às cinco da tarde estava de volta à Polícia Federal. O delegado nos viu e telefonou para a Funai em Curitiba e aí foi anotando e chamou para dentro – uma kombi cheia de indígena, né? A Funai me falou que tem 4, que tem 4 índios lá no Ocoy, e aí ele começou a dar os nomes, e aí tinha um rapaz, “tal e tal”, mas não estavam todos naquele grupo. E aí ele perguntou esse outro aí, era um senhor indígena já de idade, indígena de idade – “não a Funai disse que você não é índio”, “mas eu sou avô desse outro aqui que é que a Funai disse que é índio”, então essa é aquela história do branqueamento, da integração, e a política da Itaipu era simplesmente indenizar os lotes, e o índio ia desaparecer, tem que ficar bem claro isso, o indígena ia desaparecer, não ia mais existir o grupo do Ocoy. E o que fez isso, foi um tempo mais assim de ano, e o que fez a Itaipu mudar de posição foi quando o CIMI levou os índios para escrever uma carta ao Banco Mundial, e na época o Banco Mundial estava avaliando o empréstimo de Itaipu e aí, de repente, o Banco Mundial tinha toda uma questão até questão étnica, uma questão de genocídio, essa questão étnica toda, e aí

---

11 Pastor e depoente da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban.

a Itaipu teve que mudar – o doutor Paulo Cunha teve que oferecer áreas: a primeira área que ele ofereceu era uma futura ilha dentro do lago e aí os índios não aceitaram porque não tinha mais nenhuma árvore naquela ilha, eles teriam que ir de barco comprar gás na cidade. Depois que veio essa proposta de assentar na beira do lago, então essa situação assim bem refrataria da Itaipu, acho que só mudou mediante uma pressão muito grande e a gente sentiu isso também depois quando o Juvêncio fez essa segunda edição do livro em 2005, *A taipa da injustiça*, avaliação que a gente tinha – acho que era o capítulo 13 – que a questão indígena não tinha avançado, só depois desse lançamento do livro é que vocês compraram essas áreas lá. Então também vamos dizer assim, acho que a gente percebe que a linha da Itaipu ainda hoje não é de olhar muito pras vítimas.

Se você acessa o site, antes do teu tempo, mas também agora, você não vê lá um site sobre os desapropriados, você vê o site, vê lá uma página sobre os bichinhos que foram salvos e assim por diante, e agora em 2010 foi a primeira vez que eu entrei na Itaipu fui conhecer lá a barragem, porque eu tinha muita resistência pessoal para entrar lá, mas foi a primeira vez que eu vi uma pessoa que nos acompanhou e que sabia alguma coisa sobre as desapropriações, por quê? Porque tinha lido no livro do Juvêncio, então ela sabia alguma coisa, mas não é política da Itaipu, por exemplo, informar o grupo de visitante que vem sobre... não informa sobre desapropriações, aquele filme que passa, institucional, não fala nada das famílias que tiveram que ir embora. Então essa parte do impacto social destrutivo da Itaipu é silenciada até hoje; é o que a gente sente, acho que isso é uma coisa que vocês podem ainda resgatar se vocês disserem: “olha isso faz parte da história e a gente não pode silenciar”.

Eu acho que uma coisa importante também nessa questão agora de Guaíra, eu estive lá há dois anos, acompanhei um pouco, também na Uniãoeste, tivemos depoimentos, Juvêncio era para ir depor, o Kirinus e eu fomos, e Juvêncio já estava com problema de saúde. O que falta realmente é esse aval a favor da cultura do índio, que o índio tem o direito de ser índio e ser diferente, certo? Ele não precisa bater palma, ele bate o pé, então ele tem o direito de bater o pé e não começar a bater palma como os brancos e assim ter o direito à cultura dele. Acho que isso não está sendo assimilado, divulgado, mesmo com todas as boas ações que vocês estão fazendo agora. Estou colocando isso como ponto crítico – eu acho que a gente avançou muito, né? Mas eu queria fazer um registro: você falou que não morreu ninguém. O Lino Pereira que acampava lá dentro, daquela área de santa helena, ele perdeu uma criança e está com um processo contra a Funasa por não ter mandado alimento.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Nas nossas três unidades...

**WERNER FÜCHS:** Não, ele inclusive saiu de lá e está lá no Ocoy de novo...

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Nas três unidades nossas desde 2003...

**WERNER FÜCHS:** Não é unidade de vocês.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Nenhuma morte, todos eles, e a gente tem levado médico, enfim, há um esforço. Agora reconheço que de fato no nosso filme institucional – temos obviamente só um minutinho –, nesse processo, até quando aparece, aparece uma coisa da recuperação do meio ambiente, as reservas indígenas, mas essa parte de fato a gente acabou não colocando.

**WERNER FÜCHS:** Eu acho que isso vem desde aquele filtro que o serviço colocou dentro da Itaipu.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Sem dúvida.

**WERNER FÜCHS:** Foi filtrado e agora não tem mais como resgatar.

**JEFFERSON DE OLIVEIRA SALLES:** No mesmo espírito que o doutor, enfim, né, colocar coisas que são tensas e complicadas de discutir, mas assim, né, um levantamento que nós temos a partir do laudo da professora Brant, a Brant, só pra recuperar aqui, para registro, ela fez 3 laudos a pedido do Ministério Público Federal, né? Na região, sobre toda a região de Guairá afetada por Itaipu, são três laudos, embora ela seja antropóloga da Funai, os laudos ela fez devido a ações judiciais promovidas pelo MPF, né? A 6ª câmara, bom, de toda a documentação que ela coletou inclusive em Itaipu e no Exército também, ela identificou treze áreas, treze áreas, existiam tekohas extintas, entre 1900... A nossa relação tem aqui 70, 72, 74, até 84 que é o levantamento que ela tem, e tem cartas do batalhão de fronteira enviadas para o Exército dizendo “ó aqui tem xis famílias indígenas nós colocamos alguns desses relatórios, e aí nós fizemos uma estimativa de famílias a partir do que ela colocou; ela colocou e usamos dado

cenitário, embora, família indígena seja maior que a família do censo do IBGE, das décadas, nós chegamos aí de um número aproximadamente de 2 mil famílias, de 2 mil pessoas, aproximadamente 400 famílias, isso pegamos dados do IBGE, mas isso assim nesse período que o pastor colocou, e documentação de época, a gente tentou ser bem equânime, bem justo, a gente usou o documento do doutor, do diretor jurídico Clovis Ferro, que só foi feito por causa disso, eu acho que essa é uma questão assim, né, talvez da investigação das documentações do que não foi achado, porque as pessoas que fizeram, que conheciam a documentação, pesquisadores que falaram com a gente, em um momento a gente viu que tinha bastante documento, mas nem sempre tinha coisa que a gente não podia...

Outro caso que a gente pegou foi um vereador em 78: o Vanderli. Ele denunciou violência, denunciou agressões contra índios e de uma forma talvez ingênua, ele enviou uma carta para o Minter. Nós temos um documento do DOPS no Paraná, onde ele passou a ser investigado, e é uma carta pública, ele era vereador, “ó sou vereador meu nome é esse, eu moro aqui em Foz”, e ele denunciou, ele foi investigado e acabou respondendo por isso, esse material está em aquisição... eu entendo que isso às vezes não tem a ver só com a direção, mas a questão indígena tem a ver com várias, mas eu acho que essa é uma questão, que a gente tem na fala.

Um dos consultores nosso é o pastor Füchs, além da entrevista que ele deu pra nós, fizemos umas três reuniões para entendermos não apenas o escrito, mas o vivido, enfim, questão geral, mas aí nessa pergunta, essa relação dessas aldeias, dessas três aldeias, o doutor tem alguma notícia? Nós temos uma pequena relação dela que podemos passar depois.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Eu as conheço. Veja a data que você tá se referindo exatamente por esse processo que como é que vai responsabilizar a Itaipu – ela não existia, talvez fosse já o governo agora você pegou anos 60, 61 63.

**JEFFERSON DE OLIVEIRA SALLES:** Não, 70.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Em 70 não existia.

**JEFFERSON DE OLIVEIRA SALLES:** 76 até 82, não, mas aí tem 81, 82, 84.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** O processo que começou de desapropriação e esses documentos aqui nós temos lá. Também estamos levantando épocas que tinham aldeias, isso discutido com a professora de Maringá e outro antropólogo que é o Hugo, que foi nosso antropólogo, veja, é um antropólogo, pela causa indígena ele morre, fizemos inclusive um grande encontro uns quatro anos atrás – reunimos mais de 100 etnias ali em nossa aldeia indígena e dizer que tinha indígenas e também tekoha nessas regiões. Eu tenho lido o que o ex-deputado, ex-prefeito de Guarapuava, o Nivaldo Crieger terminou há pouco tempo e me trouxe, eu não sei onde é que ele conseguiu buscar aquilo, mas mostra todas as tekohas no Paraná, desde mil novecentos e não sei quanto e são uma enormidade agora, no processo de desapropriação quando começou a se fazer o processo de desapropriação, tinha resistido e ficado, é o ano de 1978, o ano que começou a se pagar as indenizações, tinha restado, exatamente nesta aldeia eu conhecia o próprio cacique, tinha dois caciques e tinha um cacique que era dos índios mesmo e tinha um cacique que era o Fernandes, o Fernandes era bugre, a esposa dele...

**WERNER FÜCHS:** Mestiço.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Mestiço, e o Inácio Martins que era a quem você está se referindo.

**WERNER FÜCHS:** Não me refiro ao Nicolau Fernandes.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** o Inácio era cacique dos indígenas, essa era a terra dos índios. Guaíra, por exemplo, sempre teve índios, nos íamos para Guaíra, a cidade de Guaíra, Guaíra Velha, até hoje você vai lá e tem uma vila que é de índios. Agora a área que foi inundada, foi exatamente ali o início, não tinha reserva nem em Pericoá naquela ocasião, isso é fácil de comprovar, e aí é só pegar um por um esses mapeamentos, a cartografia de 79. Eu fiz questão de comparar isso quando nós estudamos essa questão, nesse período eu trabalhei no 1h59m00s [itc], foi o último voo de 1 pra 5 mil feito no Paraná, o que dá uma demonstração muito precisa de como é que as coisas estavam caminhando, como é que estava se dando a ocupação. E aí há uma forma assim bem científica de poder se chegar a quase exatidão do que ocorreu nessa época. O que eu discuti e discuti no bom sentido com relação a esse processo, uma antropóloga, nós tivemos um debate grande na Uniãoeste. Gente, não tem como vocês quererem, acho que

até tem, criminalizar Itaipu antes que ela tenha tomado ações, ou que ela tenha existido. Como instituição do governo, acho correto, tem que eternamente cobrar ações, agora, esse processo foi-se eliminando os índios, repito isso. E o resto? Era só no território de Itaipu que tinha índio?

Essa pergunta em nenhum momento passa na cabeça? Quer dizer, escuta, eu quero andar um pouco mais eu quero ir 100 quilômetros pra cá, 100 pra cá e 100 pra cá. Cadê os índios desse território todo? Será que não tinha em nenhum desses territórios? Era só ali o que estava em Itaipu? Só o que ficou debaixo d'água? Como é que não apareceu nenhuma nova reserva? Ninguém nunca fez nada, os órgãos responsáveis pelo processo nunca fizeram nada.

**JEFFERSON DE OLIVEIRA SALLES:** Doutor.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Pois não?

**JEFFERSON DE OLIVEIRA SALLES:** Só respondendo um pouco essa questão, nós aqui trabalhamos no nosso relatório com violações em Mangueirinha, com violações em Rio das Cobras, as de Tronco, Tronco que vêm do período da escravidão, um pouco com os Xetás, muito no norte do Paraná e com o movimento indígena que tinha lá, até 80 e poucos, tortura, prisões e, enfim, tudo isso aparece no nosso relatório. Mas Mangueirinha tinha uma magnitude ímpar, né? Desculpe, Itaipu tem magnitude ímpar; nosso relatório trata todas essas questões. Itaipu, devido às questões que o doutor colocou já, sua magnitude por questões de terra etc., né? Um exemplo que a gente usou, né? Que não dá pra tratar de tudo no nosso relatório, mas nós temos um mapa, nós usamos um mapa, né? Do [Bartolomeu Méliá] que é um grande antropólogo, considerado o melhor antropólogo na questão Guarani, e ele coloca o número de tekohas existentes ali na década de 90, do lado paraguaio, né? E daí ele faz uma revisão bibliográfica e fala do lado brasileiro, e ele olha do lado brasileiro e não tem. E ele, Bartolomeu Méliá, que não estuda só o Brasil, estuda todo o território ali da Bolívia até o Paraguai, Argentina, ele entende que foi a expansão agrícola, mas ele entende que também que foi a Itaipu.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Olha, doutor Jefferson, me permita... eu tenho acompanhado tanto no Paraguai como na Argentina, tem muito Guarani na Argentina,

tem bastante guarani no Paraguai. No Brasil não era permitido fazer reservas indígenas em área de fronteira; vocês todos sabem disso. Quando eu falei que nas décadas de 50, 60, o pessoal ia no IBRA, ia lá para requisitar determinado pedaço de terra pra fazer colonização e tinha 10 anos pra colonizar – você vai verificando que grande parte do processo relacionado à questão indígena... e aí se você for... tanto é que em Guaíra, vestígio de Vila Rica, tem até hoje saindo de Guaíra e indo em direção, subindo em Umuarama, em Terra Roxa, e o processo que foi se verificando ali naquela região vem desde a época dos bandeirantes que tocaram grande parte. Quando você vai estudar e pegar as teses que existem sobre as missões Guarani, você vai ver que grande parte dos índios que habitava o território brasileiro foi para essas regiões. É por isso que eu digo, eu quando viajava e corria por tudo ali eu... Você, veja, você falou que é ali da área, de que cidade você é?

**CLAUDIA CRISTINA HOFFMANN:** Marechal.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Marechal Cândido Rondon. Qual reserva indígena você conheceu ou teu pai conheceu em Marechal Cândido Rondon, me conte uma, me conte uma de Itaipulândia, me conte uma 2h03m35s [inaudível], conte uma de Medianeira, conte uma de Missal. Aliás, foi colonizada, o nome da própria cidade veio de um padre.

Enfim, Matelândia, são esses os aspectos dos quais se eu tivesse conhecimento, tivesse visto, olhado, verificado, não tenha dúvida nenhuma que eu chegava aqui e dizia “olha, ocorreu sim”. Como foi num debate que colocaram, dizendo “havia mais de mil famílias dentro do Parque Nacional do Iguaçu”. Falei: “Gente, de onde vocês tiraram essa informação?” Eu tenho todos os livros de Foz do Iguaçu, o primeiro livro da Colônia de Foz do Iguaçu, o primeiro Censo. De onde surgiu isso? Então nesses processos acho que a gente tem que ter esse compromisso também de trabalhar com essa seriedade de um ponto de vista e que também não se cria uma narrativa que depois não para em pé. Então, eu estou colocando assim minha experiência de ter nascido lá, de ter vivido lá, depois do meu processo desses 13 anos e 4 meses que estou à frente de Itaipu, o que nós trabalhamos e fizemos e o que eu acompanhei nesse período todo.

E obviamente, repito aqui, não tenho nenhuma dúvida de que nós temos uma eterna dívida com a população indígena, com os quilombolas, com esses procedimentos todos que são políticas de Estado e que nós temos que trabalhar para restaurar isso. Agora, coloquem nas contas de Itaipu, aquilo que Itaipu deve, e deve. Tanto é que

quando comprou mais 1.700 hectares, não é porque ela é boazinha. Ela já estava nesse processo dialogando para poder fazer uma restauração. Eu coloco aqui no Paraná, doutora, e termino com esse aparte. Eu duvido que não tenha uma pessoa, duvido não, mas coloco assim que está no mesmo nível de compromisso que tem o Nelton Friedrich, do ponto de vista de fazer uma bela política de restauração, de não querer esbranquiçar, não querer tirar a questão da tradição indígena e de ter um compromisso de morte, de sangue, com esse processo como um todo. E não é ele... uma equipe trabalha nesse processo de forma permanente e é uma das coisas que eu sempre falava com o Doutor Olympio, eu falava “Doutor Olympio, eu não quero amanhã dar um depoimento que venha na contramão de um processo que sirva para amortecer essa luta, essa briga que nós temos que ampliar o território indígena”. Agora se eu for... você não pense que eu vou lá e não vou defender a empresa que eu represento, principalmente nos meus treze anos. Do resto eu posso falar um pouco... colocar à disposição os documentos, mas eu tenho obrigação de fazer aqui essa defesa, do trabalho que nós estamos fazendo.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Eu só queria lhe indagar da sua disponibilidade de tempo, porque a gente pretendia fazer um pequeno intervalo, tomar um cafezinho.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Se pudesse tocar seguindo, eu preferiria, eu estou com gente de fora, eu achei também quando nós conversamos que falar “uma hora e meia”, mas eu sei que essa conversa de uma hora e meia, ainda mais num clima desses, é impossível.

**REGINA BERGAMASCHI BLEY:** Posso só... Doutora Ivete, só fazer um brevíssimo comentário? Doutor Samek, ninguém está aqui tentando criminalizar Itaipu, absolutamente não, né? Se isso está transparecendo de alguma maneira, eu acho bom que a gente esclareça, porque é muito mais a nossa, enfim, o pedido para que você estivesse aqui e muito mais na perspectiva que a Doutora Raquel colocou; de que você possa ajudar a comissão a talvez esclarecer alguns pontos que para nós são ainda muito obscuros do que qualquer outra questão. Então acho que está muito claro desde a sua primeira frase, que você reconhece o impacto que obviamente um empreendimento da envergadura de uma Itaipu provocou, né? Óbvio. E isso é assumido claramente, a gente

sabe, conhece o trabalho, o trabalho que a Itaipu vem realizando nessa sua gestão de 13 anos, mas a gente precisa realmente que você nos ajude, por exemplo com relação aos registros, documentações. A gente sabe que você franquiou o acesso a Itaipu – foi falado isso pelo Doutor Cabral, você hoje reiteradamente falou pelo próprio Aluizio no seu depoimento, mas ainda para nós, para nós isso continua sem resposta no seguinte sentido – não que vocês... a empresa esteja escondendo, sonegando, mas a interrogação que a gente faz é nesse sentido de uma pessoa que está 13 anos à frente e vem acompanhando tudo isso, em que pese ser ainda uma história muito recente a sua passagem, né? E estadia por lá, mas se você poderia até nos dar pistas do que possa ter acontecido, ou seja, na sua perspectiva você acha que esses registros não aconteceram, então? Se não houve nenhum episódio de incêndio, como você mesmo relatou e a gente acredita claro, né, no que você está colocando. Se não houve nenhum episódio desse tipo, então, você tem alguma pista do que poderia ter acontecido? Porque houve violações de direitos, e a gente está aqui um pouco mais focado na questão indígena pelo extenso trabalho que foi realizado de pesquisa com relação a essa matéria, mas não só. A gente quer saber de outras formas de violação que possam ter acontecido nesse período todo, então é muito mais nessa perspectiva, se você pudesse nos ajudar, se é que pode, é claro, pode ser que você não tenha mesmo nenhuma resposta de quais caminhos a gente possa percorrer para ter de alguma maneira acesso a esses registros, se é que eles existem. A gente realmente não sabe, alguns, sim, mas a gente de um modo geral não sabe. Então é só mais nessa perspectiva, mas longe de todos nós aqui você não precisa defender tanto a empresa [risos], o que você está fazendo com tanta ênfase, seriedade e principalmente da sua paixão pela Itaipu, pelo trabalho que vocês vêm realizando, porque nós não estamos aqui com nenhuma intenção de criminalizá-lo.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Eu agradeço enormemente à doutora Regina, e os relatos que eu tenho da parte pregressa e que estão registrados, é o que eu tenho e foi feito de acordo com cada um que passou lá. É o que eu sempre dizia, quando procurar os documentos eu duvido que alguém iria registrar um documento mal feito e que iria deixar lá.

**REGINA BERGAMASCHI BLEY:** Registrado, fotografado.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** É muito complexo o cara não tomar cuidados quando

sabe que praticou algum abuso, algum excesso e tal. Agora, entramos com ações que eu tive dissabores; eu tive, por exemplo, com a questão relacionada à Lei da Anistia. Houve uma coincidência, um fechamento que o general na época, o Ney Braga, fez dos escritórios do Rio de Janeiro, que era um processo que era... todos os projetos... não havia internet na época, era feito em São Paulo e no Rio de Janeiro. Quando acabou a usina não precisou fazer novos projetos. Fez-se um nível de desligamento e se deu a oportunidade de funcionários que desejassem vir pra Curitiba ou Foz do Iguaçu, ainda teriam oportunidade, se não, oferecia-se um plano de demissão. Ah! Veio a Lei da Anistia, trinta e tantos entraram todos eles como... Quando se vai fazer uma checagem, sem sem-vergonhice, mau-caratismo. Queriam roubar dinheiro do povo. Porque dinheiro da Itaipu tudo que a gente paga lá tem que colocar na conta de luz. Não é um dinheiro que é a maldade de alguém, a maldade do outro. Agora, pô! A seriedade nesses procedimentos tem que ser colocada e serve de mão dupla. Então esses procedimentos relacionados e que eu vim trazendo, pessoas que a gente tem, eram referências nossas que também trabalhavam dentro da empresa, gente com extrema consciência social. A empresa não era uma empresa do General, do Coronel. Tinha lá as assistentes sociais, tinha antropólogos; esse Doutor Rubens, os laudos dele não eram favoráveis a Itaipu, não. Era laudo complexo. E aqui só tem uma dúvida – depois eu vou checar – que o pastor Fűchs nos coloca. O oferecimento das duas ilhas eu tenho lá no cronograma, pastor, que foi depois de eles já estarem no Ocoy que a Itaipu ofereceu.

**WERNER FűCHS:** Não.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** O senhor tá falando que foi o inverso.

**WERNER FűCHS:** O contrário.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Isso é uma coisa nova, até anotei, quero verificar.

**WERNER FűCHS:** Agora só dados trabalhistas, estão no consórcio Unicon, estão na Unicon ou estão nos arquivos da Itaipu? Sobre violações de direitos trabalhistas, por exemplo.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Os que eram funcionários de Itaipu...

**WERNER FÜCHS:** Não, não, eu sei. Mas tinha os que eram barrageiros que eram da Unicom, tinha muita coisa acontecendo, pelo menos a gente ouvia falar dando carona para as pessoas lá.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Certo, isso eu acompanhei na época. Obviamente ações que na época basicamente estavam esgotadas, mas quando eu entrei em Itaipu, tinha ainda mais de oito mil ações trabalhistas, decorrente de que Itaipu pagou para as empreiteiras e elas não pagaram muitas vezes para o trabalhador, muitas vezes pagavam de forma irregular, não faziam a devida indenização e essas empresas ao concluírem a obra, também algumas desapareceram e aí a justiça, nós como forma, não sei como é... Doutor Daniel, me ajude aí, é solidária, né, que chama?

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR:** Solidária ou subsidiária.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Subsidiária, é isso, se pagou muita coisa duas vezes e tal e com um procedimento desse, mas claro que cada com um processo, acompanhamento aquilo que era justo, não era justo, enfim, não venha, não tem como uma empresa desse tamanho achar que não cometeu injustiça. Cometeu. Agora 2h14m05s [atende e] tenta fazer o melhor e está no limite de não ter práticas que não sejam as melhores e ao mesmo tempo buscar reparar. Esse trabalho que nós ampliamos com a agricultura, com pequenos agricultores, não tem um assentamento na região que não está em Itaipu fortemente lá dentro. Não tem nenhum ato de agricultura familiar das organizações que trabalham isso e que nós não tenhamos permanentemente convênios e aportando recursos, as reservas indígenas, todos os processos de quilombolas, há o apoio que nós damos às universidades, para educação. Isso é um trabalho permanente para pequena agricultura. A viabilização desses projetos é uma demonstração empírica de uma empresa que não diz só no discurso que quer fazer responsabilidade social, mas executa, faz e tem resultado e com métrica, é medido, isso tudo tem [inaudível] critérios modernos de gestão no sentido de ter resultados. Então, isso tudo está à disposição da Comissão da Verdade para verificar qualquer uma dessas ações, que nós atuamos nesse território de mais de um milhão de hectares.

**CLAUDIA CRISTINA HOFFMAN:** Doutor Jorge Samek, pensando num dos

objetivos da Comissão Estadual da Verdade, um dos objetivos finais do trabalho, do relatório, eu não sei se o senhor teve acesso a nosso material preliminar publicado em 2014, que agora a ideia é publicar em livro. Esse material é um material que foi distribuído em número menor, mas nesse relatório consta que inclusive uma das formas de reparação seria a construção de espaços de memória, que o Brasil como um todo é carente de espaços de memória que façam referência ao período de violação de direitos humanos ocorridos durante a ditadura militar. No caso da Itaipu, reconhecer que houve essas violações... existe uma possibilidade de a Itaipu pensar também na construção de um espaço de memória na região oeste? Porque além da questão indígena tem a questão dos trabalhadores rurais, né? E teve enfrentamento, teve conflitos entre os trabalhadores com a Itaipu na questão da expropriação, né? Não foi um processo tão tranquilo assim, né? Teve muitas reivindicações porque a princípio a Itaipu indenizou primeiro os espaços públicos, né? Retirando serviços como escolas, empresas e comércio. E aí a população, carente desse serviço, se vê também pressionada a sair, né? Oi? É, por estar nessa situação. Então, é, não sei. Se o senhor concorda em se comprovando que houve essas violações, a Itaipu poderia, como reparação simbólica, pensar na construção desses espaços, né? Porque a gente não vai conseguir isso só do Estado, talvez a gente precise de apoio de algumas empresas, então eu gostaria que o senhor se colocasse, se posicionasse.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Olha, não é proibido pedir. Isso é lá, a ordem é que está liberado fazer pedidos. E claro que isso passa por um processo. Nós temos feito *n* parcerias, com as mais diferentes áreas para exatamente manter a preservação de Foz, como da região. Tudo isso se encaixou num processo, e isso tem que ir para um orçamento, não tem milagre nisso, mas estou absolutamente aberto no sentido de a gente poder restaurar esse processo, somar a um procedimento como esse com outras instituições que estejam trabalhando.

**CLAUDIA CRISTINA HOFFMAN:** A própria fundação do MST, né? Ocorreu na costa oeste e não há um espaço que reforce essa memória, né, na nossa região?

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Estamos abertos; sem problema nenhum.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Eu teria ainda algumas indagações,

começando a lhe perguntar se tem conhecimento de que funcionou além da Assessoria Interna de Segurança da Itaipu, funcionou uma assessoria, o chamado 2h18m20s [Siecs] do Exército que tinha essa ligação direta com o SNI e que funcionava também, vamos dizer assim, na questão da busca dos militantes que resistiam à ditadura militar. O senhor tem conhecimento do funcionamento desse centro de informações do Exército dentro da Itaipu?

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Não, nunca teve centro de informações do Exército. Esse centro de informações é da Itaipu.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Sim.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Geralmente foi ocupada, acho que não me lembro, apesar da pressão que eu recebi logo quando eu entrei e eu queria colocar um delegado aqui do Paraná, mas geralmente é ligado ao Exército.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Sim.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Não lembro se de outras armas também; se tiver alguém da Marinha, creio que não. Sempre foi ligado ao Exército que presta esses serviços e diariamente, constantemente estão informando sobre questões relacionadas à usina, produção de energia, as principais notícias que envolvem o que são de algum interesse de Itaipu. Isso é uma função. E tem a outra função que é o pessoal que cuida da questão de proteção empresarial que também é administrada por um coronel. No caso, o nosso agora está há dez anos. O Coronel 2h19m45s [Zatar], esse eu conheci logo que eu fui para Foz do Iguaçu, ele era comandante da 34, antigamente se chamava primeiro batalhão da fronteira. Agora é 34. E eu levei um susto quando fui para Foz, ele duas vezes me convidou para que eu fosse numa quarta-feira. Uma vez por mês ele reunia a turma pra fazer uma conversa e eu sempre estive com militares, esse pessoal... ele era já da nova era, aberto, uma pessoa, nossa! Quem conhece o coronel [Zatar] sabe do que estou falando.

E aí nós fizemos, e é ele quem cuida de todo esse processo e com isso nós conseguimos ampliar a atuação nossa de turismo, ampliar a atuação nossa em áreas que até então os seus antecessores colocavam como se fossem impossível de penetrar, “isso

aqui não pode, se alguém...”. Tem cara que chegou a escrever conto, um desses que ocupou essa função do coronel fez um livro imaginando que se tivesse um ataque e os caras tinham vindo por barco pela área tal e minúcias assim, ficou, romanceou lá que ia explodir a questão de Itaipu.

Claro que tem épocas que a coisas apertam. Por volta de 2001, foi um período em que eles receberam também a empresa para tomar determinado cuidado maior e aí a gente tem que ter muita habilidade para saber trabalhar isso. A região de Foz do Iguaçu é a região que tem mais árabes, tirando São Paulo, são mais de não sei quantas mil famílias, parece que 12 ou 14 mil pessoas de descendência árabe que residem ali e volta e meia fazem uma confusão. Explodiram uma sinagoga ali na região de Buenos Aires, disseram que quem tinha feito isso tinha ficado e passou por Foz do Iguaçu. Em outra ocasião, mostraram uma fotografia do Bin Laden embaixo de umas cataratas e diziam que eram as cataratas de Foz do Iguaçu, não era de Foz do Iguaçu, eram umas cataratas, mas não eram. Então isso tudo cria um problema...

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Essa fantasia.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Do ponto de vista da segurança empresarial e do nosso processo que acompanha que sempre ficam, né? Agora recentemente tá muito em moda a tal da invasão cibernética. Um cuidado que tem que ter nisso, porque um hacker desse pode brincar e resolver abrir uma comporta, fechar comporta, operar uma máquina, desligar uma máquina. Puta! Então é um processo que eles ficam permanentemente num..., sabe? Chega a ter um excesso de zelo nesse processo de não permitir que não tenha nenhum contato com o ambiente externo, faz parte, agora obviamente que tem que ter também um entendimento de que essa é a função que eles exercem dentro da empresa pra ter esse nível de garantia que nós temos no exercício da função que a gente exerce.

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR:** Agora eu tenho uma pergunta em relação a isso, Samek. Isso é fato público, é sabido que naquele período da ditadura civil-militar, a Itaipu foi utilizada assim; fiz um desenho da estrutura de repressão institucional, ela foi utilizada como repressão política na área das três fronteiras. Hoje, do ponto de vista da administração da Itaipu, toda a parte da atuação da assessoria de informações, que eu não sei qual seria o nome hoje empregado pra isso, se restringe

pura e tão somente na questão de defesa patrimonial?

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Não. Tem uma área restrita, minha pessoa, o diretor-geral que atua num departamento que é pequeno, mas que tem essa função de tudo que acontece no sistema elétrico brasileiro, se parou uma usina se teve uma ocupação, se teve uma torre que queimou, se botaram dinamite em algum lugar, todo esse procedimento, eles me trazem às sete horas da manhã, eu tenho diariamente um relatório bastante preciso, mas de informações colhidas, a maior parte até pelos próprios órgãos de veículos de comunicação etc. Então, com quinze, vinte minutos pela manhã, se você me perguntar qualquer coisa de Itaipu, já estou sabendo, quanto teve de água, quanto produziu, uma parte disso é da área técnica e outra parte é exatamente desse pessoal que atua no sentido, por exemplo, nós temos todo dia uma atuação contra o Paraguai, nós, nesse momento, estamos com um processo em relação à cessão de energia, teve um atraso no pagamento, tudo isso dá uma repercussão no Paraguai do tamanho de um bonde, ele imediatamente me traz “olha o governador de tal província junto com o prefeito de tal...”

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR:** Informações estratégicas.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** São estratégicas pra mim, e eu com base nisso ligo para o ministro da Fazenda e digo: “olha aqui ó, vocês estão criando um problema do tamanho de um bonde, por favor me coloquem...” e assim isso tudo funciona para dar um processo de gestão.

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR:** Não mais com a...

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Subordinada a mim...

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR:** Mas não mais com a atuação de repressão política daquele período.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** E volta e meia, às vezes, por exemplo, todo ano, desde que eu entrei lá, nós vamos pra 13 anos que eu recebo uma missão que a Escola Superior de Guerra, Escola Superior de Guerra junta não sei quantas, nunca é menos

que 100 pessoas, dos diversos estados que fazem tipo uma pós-graduação de um ano e pouco e visitam estações estratégicas e eu em todos esses anos palestrei exatamente sobre Itaipu, como é que é, qual é a visão, essa coisa que estamos fazendo, desenvolvimento de novas energias, essa questão da sustentabilidade, cuidado ambiental, enfim, abro discussão ampla, é e interessantíssimo isso, porque 50% até mais, são pessoas oriundas de dentro das forças armadas. Depois tem uma parcela que vem da Academia e alguns vêm de outros países e se estabelece um processo que aí vem, 2h26m00s [potencia], hidráulica, é uma energia que pode ser continuada se não é, causa tanto problema, Belo Monte tem que fazer, não tem. É um debate superinteressante que eles promovem; promovido por eles e tem outra: o processo que eles têm do pessoal da Academia, do exército, situada em Resende e também o pessoal vira pra Coronel pra não sei das quantas em áreas estratégicas de atuação, eles também vão lá todo o ano; e isso também é uma manhã como se estivéssemos aqui, eu começo com uma apresentação de 40, 50 minutos, e depois abre a discussão e tem coisas interessantíssimas de debates ideológicos e não ideológicos, é um negócio que a gente faz, exerce um bom debate lá.

E aí vem, assim como nós combatemos e todos nós sabíamos na época; é um questionamento enorme que tem sobre a minha pessoa, do Edésio e do Nelton principalmente, que nós nos colocávamos contra a construção de Itaipu. Eu era de um Centro Acadêmico aqui, veio um professor da USP, o Dilson Pasqual, para um congresso e ele diz que em Foz do Iguaçu haveria terremoto, com a construção de Itaipu pela pressão da água e aquele peso no reservatório, aquele tipo de formação rochosa. Duas semanas depois tinha dado um desses intervalos e eu fui para Foz, mas na hora a Rádio Cultura lá, “Extra! Extra!”. Eu fui no Juvêncio “isso aqui vai explodir vai morrer tudo mundo”, e aí as pessoas me cobram “você é daqueles” digo “olha, cada coisa no seu tempo, cada coisa no seu lugar” e obviamente eu sei da contribuição também assim como teve esses procedimentos de causa ambiental que estão relacionados a desocupação, desalojamento e tralalá; tem esse outro lado, se for colocar na balança que isso privilegia o preço dessa energia que nós produzimos. Compare com o preço da energia no Brasil, compare o que veio de royalties, de dinheiro, o que foi possível de desenvolvimento tecnológico, de trazer universidades, de poder trabalhar em apoio a associações, de poder melhorar naqueles municípios todos. Acho que é uma coisa que tem que ser colocada na balança para que a gente possa fazer uma análise isenta e bastante correta.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Uma outra indagação. Dos funcionários que trabalhavam na Unicon e na... não sei se o senhor vai saber isso, mas estou aqui me valendo também dos seus conhecimentos como morador de Foz do Iguaçu e das notícias sobre tudo isso, os que trabalhavam na Unicon e na Itaipu, muitas ações trabalhista, houve muitas ações trabalhistas e havia a mais solidariedade nas ações contra a Unicon, havia a solidariedade da Itaipu?

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Muitas ações ocorreram muitas ações em vários setores, não só do setor eletroeletrônico e de obras, como também das equipes de apoio, de segurança, de transporte, nos terceirizados, em restaurantes; tinha um restaurante que servia 40 mil refeições ali. Era um negócio assim monstruoso, e todas essas áreas, volta e meia, não tenha dúvida, havia ações decorrentes. Nós ainda temos ações também da época da construção, algumas ações que nós conseguimos reverter, outras estamos ainda em disputa, está no Supremo e tem ações assim que são ações de bilhões e essas empreiteiras, esse processo que estamos assistindo no Brasil é verdadeiro, esse pessoal não tem não para nunca com o ânimo de querer subtrair recursos de órgãos de empresas do governo. A última empresa que fez o transporte de Itaipu terminou de carregar a vigésima turbina, entrou com uma ação de mais de 100 milhões de dólares na época, porque dizia no contrato que os caminhões tinham que estar à disposição de Itaipu pra fazer o transporte, e ficou quinze anos sem fazer um transporte – não era assim que diziam, mas tentam, e depois tentam fazer um acordo. “Olha, a ação é de 100 milhões nós vamos fechar”. É uma loucura esse processo, veio outro grupo enorme, a maior ação que nós temos é com relação à mudança climática – começaram a fazer um processo que tinha mudado o clima. Gastamos sete milhões com a Embrapa, a Iapar, com universidades durante cinco anos, fizemos um trabalho de um quilômetro, dois quilômetros, cinco quilômetros, dez, vinte, cinquenta e hoje temos dados de todas as universidades com institutos de pesquisa que isso é uma mentira.

Um grupo de Porto Alegre de sete advogados, de um escritório de lá com o apoio de um escritório aqui de Curitiba dizendo que mudou que aí a chuva e produziu menos. Imagina você pegar vinte cinco anos de produção de soja e o requinte era inclusive com bois, que a lâmina de água, o gado quando batia e refletia na lâmina de água o animal então não comia porque não enxergava o capim, só se tivesse de costas. Então o nível de... Olha, é um requinte espetacular, a criatividade que fazem no sentido

de querer extrair o processo. Isso está lá à disposição. Nós contratamos um escritório aqui, isso começou na época do Antônio Cabral, desde 2004, e temos todas as instâncias e estamos indo para o final e não vamos deixar de cobrar centavo por centavo de cada uma daquelas pessoas que entraram nesse processo – o escritório foi lá pedir a procuração do proprietário dizendo “ó é de graça”, trinta por cento se a causa for positiva, o senhor não vai gastar e entraram com o pedido de justiça gratuita. O Cabral, ainda na época indo fazer um levantamento nos cartórios do Município em Camburiú, aqui em Curitiba, e fomos desmontando, pedaço a pedaço, mas a cada instante tem esses tipos de procedimento lá e obviamente em todas as áreas. Agora basicamente estamos excluindo, bem no final, ações trabalhistas têm pouquíssimas ainda em pendência, mas quando nós entramos, a quantidade era de mais de nove mil.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Nós temos um caso que nos foi trazido de uma senhora que era casada com um paraguaio, e ele trabalhou na Unicon. Ela trabalhou a princípio na companhia auxiliar de empresas elétricas brasileiras e depois trabalhou como tradutora na Itaipu e parece que tem uma ação trabalhista também em andamento justamente reclamando que ela foi demitida por razões políticas, tanto ela como o marido, que foram militantes estudantis lá na sua época de mais jovens, estudaram na USP e foram militantes estudantis e que por pressão da repressão de então, ela teria sido demitida por essas razões políticas. O senhor tem conhecimento de alguma coisa?

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Me trouxeram... um amigo meu que é advogado me trouxe na época essa sessão, pediu para que verificasse essa sessão.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Certo.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Caso a caso, no entendimento de Itaipu isso não procede. Nós vamos discutir em juízo esse processo. É uma coisa que você pega uma agulha no palheiro desse tamanho. Uma pessoa que trabalhou inclusive com o diretor-geral do Paraguai, que era de confiança em Assunção, quer dizer, é um daqueles casos em que o pessoal nosso 2h34m00s [?] se encaixa no procedimento de quem a mandou buscar uma reparação tantos anos depois na expectativa de subtrair. Agora, claro que isso está em discussão, as provas estão sendo levantadas, se por acaso for comprovado...

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Agora nessa linha do...

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Nessa linha do processo no sentido de não corrigir se foi feita alguma coisa que está fora dos padrões; agora, ao mesmo tempo querer forjar ou criar uma narrativa que ela acaba quase tendo uma lógica bastante interessante, “veja o 2h34m35s [?] era aqui, isso aqui era ditadura e lá também e blá-blá-blá, ocorreu”, e sempre começam as perguntas: “mas é só nesse caso e o resto? E que dano essa mulher pode ter causado?”, e então está sendo lá levantado, sendo cuidado, faz tempo que eu não vejo.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Ela nos trouxe documentos aqui da própria Itaipu, mencionando as questões políticas dela e logo depois ela teria sido demitida. Então a gente tem esse caso também para relatar. Fora isso nós temos também dentro do nosso grupo aqui o Norton, ele pediu desculpas que ele tinha um compromisso, teve que sair, não quis interromper o seu, a sua palavra.

De paraguaios que viviam em Foz do Iguaçu, e que dentro desse centro de informações do exército eles eram monitorados. O senhor tem conhecimento? Doutor Rodolfo Mongelós? Conhece, conhece? Então era ele e um grupo de paraguaios, né? Que viviam em Foz do Iguaçu, e que, segundo eles, toda a vez que iam um general daqueles, generais presidentes visitar Foz do Iguaçu, eles eram acusados de tentativa de homicídio tanto ao general paraguaio quanto aos brasileiros e aí eram presos e chegaram a ser sequestrados, ali de dentro da Itaipu, eles foram levados para Goiás, não sei se o senhor tem algum conhecimento de alguma coisa?

**JORGE MIGUEL SAMEK:** 2h36m20s Essa parte de Itaipu eu tenho certeza que não corresponde. Eu conheço toda a história desde o [Agenor] e do [?]

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Isso, que faleceu.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Isso, que faleceu [?]... processo que todos os paraguaios que na ditadura do Stroessner vieram para...

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** O Gimenez.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** O Gimenez eu estudei com as filhas dele e são da minha, esses são do nosso... Fábio Campana chegou a escrever um livro lá do fantasma não sei do que, que relata de forma indireta e ele faz um belo trabalho a respeito disso tudo, e isso é tentador. Toda a vez que vinha história de algum General ou de algum ministro paraguaio para Foz do Iguaçu, um Comandante do Exército do 1º Batalhão de fronteira junto com não sei mais quem chamava e falava: “venha aqui que o senhor vai ter que ficar” e teve exatamente um processo também de sequestro.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** De sequestro.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** A Doutora Cristina, que é a esposa, nossa! É um escândalo, em Foz do Iguaçu, aquele processo. Foram na casa dele, o raptaram, desapareceram com ele e ficou um tempo sem ninguém saber dele. Outro que faleceu recentemente foi o Cabral que...

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Cabral, César Cabral.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** É César Cabral. E inclusive o César me relatou várias vezes e sempre me dizia que ia me mostrar uma foto, mas nunca me mostrou, disse que ele era amigo do Che Guevara, que o Che Guevara morou muito perto...

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Em Misiones né?

**JORGE MIGUEL SAMEK:** É, e ele tinha uma casa, sofria de asma e que ele usaria pra aquele procedimento, e o pai dele e tal que venho por ali, tanto é que agora é um museu a casa que ele morou lá. O Cabral fez um trabalho – eles eram os revolucionários, tentaram fazer o processo, foram para dentro do Parque Nacional do Iguaçu, ele, o Fábio Campana, o Aluízio, tudo junto e começaram de fazer um procedimento dentro de todo o Parque Nacional do Iguaçu, na expectativa de fazer uma serra, não uma extra, mas uma serra no parque ali e caíram todos não, é?

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Sim.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** O próprio pai do Fábio é militar. Então 2h38m20s [?] o Fábio ficou preso, em Foz do Iguaçu, em um longo período e depois ele veio embora aqui pra Curitiba.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Ele era do MR-8.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Tanto é que virou um cidadão daqui, mas ele tem muita história, nesse período todo. O Roberto Agenor era deputado, amigo também no Paraguai, na implantação...

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Da ditadura. Existe até uma confirmação de que o Curió e o Paulo Manhães, que fez um depoimento na Comissão Nacional da Verdade, confirmam que estiveram por várias vezes em Foz do Iguaçu.

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR:** E no próprio episódio do massacre do Parque.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** O massacre do parque. O senhor tem alguma informação sobre aquele massacre?

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Tem o livro do Aluizio.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Sim, *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?*

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Conheci e conversei, participei desses procedimentos dessa época toda que, enfim, definitivamente era um período muito complexo na região da fronteira.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Sim.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Era um processo além da repressão; era um local que tinha muito contrabando nesse período. O Paraguai nunca plantou um pé de café, e aí o Brasil meteu o confisco de duzentos por cento uma saca de café. Estou arredondando o

número, pode ser que não seja esse, vamos botar cem por cento em uma saca de café, vendia lá em Londres a cem e aqui o governo produtor tinha que pagar, recebia que 50% e o governo recebia 50%. Então era uma confusão: passava café para o lado de lá, trazer café, vinha por balsa e era uma época que, nossa, quem é da minha idade sabe que a gente não saía de noite. Nossos pais quando a gente tinha doze, treze, quinze anos diziam “não saiam porque aqui o negócio tá assim”, era tiroteio, era bronca. Então somado a esses processos todos, a região viveu períodos que eram bastante violentos. Então isso é sempre um processo que também é interessante e que como cada país cuida do seu processo de fronteira, e a gente que mora em Foz por exemplo. A Argentina tem um cuidado, se você entrar na Argentina, e para você sair na Argentina...

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Eles têm controle.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Eles têm um controle completamente distinto do nosso. Agora quando você pega estatística de quantas mortes durante o ano teve na Argentina, na cidade de Porto Iguazu, é claro que é menor que Foz, e menor em Cidade Del Leste. Daí você compara o que morre no ano em Porto Iguazu é um final de semana em Foz do Iguazu. Por isso que também coloco a questão de você ter relaxamento, ter condescendência nesse processo permeante de não... de sabe...? De prende, solta, solta, prende, vai criando um processo. Lá na Argentina o cara cai. Sai, não tem essa, esse procedimento que se adota muito aqui, e era uma coisa que na minha cabeça não existia, eu sempre relacionava muito, é claro que é um preconceito um pouco e achar, e é óbvio que a miséria, o desemprego levam a questões assim, mas podem estar absolutamente certíssimos que também quando não se 2h42m05s [?], não punição, quando há um excesso de não coação, eu acho que esse caso talvez melhor [?], tem até tese já. Necessidade de demonstrar que é cuidado quando se tem, um caso típico é rio, é a mesma terra, o mesmo território, só tem um rio que separa uma cidade da outra e porque, dados tão discrepantes, mas também...

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR:** Eu queria só, doutora Ivete, fazer uma consideração aqui. Porque nossa reunião aqui deve ser a última: o Doutor Samek foi brindado com a consideração dessa comissão de ser ouvido por último, ou seja, com todas as informações que nós já tínhamos tido oportunidade de obter a respeito dos fatos que envolveram a Itaipu direta ou indiretamente nessas questões que estamos

investigando. Dentro dos mecanismos que nós temos defendido, não apenas pela atuação da comissão da verdade, mas são mecanismos defendidos do ponto de vista internacional e de “rejustiça” restaurativa, ou seja, no sentido de restaurar a memória, a verdade e a justiça se encontram além daquela questão da memória que a doutora Claudia já fez referência aqui, se encontra também a possibilidade de que aqueles personagens envolvidos em graves violações e crimes contra a humanidade ainda que não possam de forma definitiva restaurar o passado, o passado né? Ele já foi, muito bem. Mas há mecanismos que os estados utilizam e as empresas utilizam pra poder mitigar os efeitos dos danos causados a gerações pretéritas, então, por exemplo, na África do Sul, a comissão estadual, a comissão da verdade, na África do Sul exigia pura e tão somente daqueles militares e agentes da repressão comprometidos com o regime do Apartheid, que eles viessem numa audiência pública e se dissessem, primeiro confessassem os delitos praticados, e depois se dissessem arrependidos daquilo praticados e, portanto, se fez uma reconciliação na África do Sul. Em outros países aconteceu a mesma coisa, em outros países não aconteceu nada, como na Espanha.

No Brasil nós constituímos uma Comissão Nacional da Verdade a partir de decisões condenatórias na corte internacional de direitos humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos na Costa Rica, e nós temos aqui a oportunidade e infelizmente o Brasil não foi daqueles países que colocaram sob a justiça os militares e agentes públicos e privados envolvidos com o processo da repressão. Assim as empresas que se 2h45m24s [?] disso, a Volkswagen é um caso que eu tive a oportunidade de atuar que se encontra sob investigação no Ministério Público de São Paulo, o Ministério Público Federal, empresas públicas também se [?], e tiveram vantagem decorrente dessa atuação, a Fiesp, quer dizer, o Faep, outras várias entidades.

Bem, nós, pelas investigações, Doutor Samek, que nós fizemos, a Itaipu evidentemente não sob a sua direção, mas sob o período da ditadura civil-militar, no nosso entendimento, isso bem claro, houve um processo de violação de direitos humanos no processo de constituição de Itaipu, no processo de desenvolvimento de Itaipu, de construção, de operacionalização da empresa, reiteramos aqui que não estamos te responsabilizando por isso, porque sabemos da sua história, dos seus compromissos, agora há algo que Itaipu pode fazer em relação às gerações futuras, pode ser que não consiga fazer com relação àqueles que sofreram as violações. Essa questão de espaço de memória, essa questão do reestabelecimento de direitos violados, temos essa questão dos indígenas, temos a questão aí dessa senhora que a Doutora Ivete relata, temos a questão

desses espaços de memória que podem ser construídos, a própria divulgação dos trabalhos dessa comissão pode ser um elemento importante na pedagogia para que esses fatos não mais se repitam. Nós gostaríamos de saber se haveria a possibilidade da Itaipu contribuir para um projeto de reparação de memória, não necessariamente individualizada, mas uma memória coletiva, vamos dizer, restaurar valores como valores de democracia, valores de respeito ao estado democrático de direito, valores de respeito às decisões das cortes internacionais de direitos humanos, à defesa intransigente do respeito aos direitos humanos em todos os ambientes inclusive no ambiente de trabalho. São direitos políticos e sociais que nós temos hoje sob risco no Brasil, no continente.

De que forma Itaipu poderia, concluindo, depois passa para o Doutor Jefferson, contribuo, porque o trabalho dessa comissão e as eventuais violações cometidas possam ser mitigados. O senhor falou aqui, poderíamos pedir, não pediríamos em nome nosso, nós estamos falando aqui em gerações e comunidades que foram vítimas de violações, e não pedimos nada a essa comissão, nós estamos dizendo que seria um trabalho para a história, né? Um trabalho para as futuras gerações, pra viabilizar a permanência da defesa desses interesses que nós temos defendido aqui.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** A memória, né?

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR:** A memória, verdade, justiça.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Por não termos memória, estamos à beira de repetir as mesmas...

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR:** Violações.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** As mesmas violações. Claro que agora não pela força, mas por outros meios, para não termos essa memória. Coisa que a Argentina construiu rapidamente assim como os julgamentos de todos os perpetradores das graves violações; a Argentina saiu na frente, é exemplar.

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR:** No mundo, caso exemplar no mundo.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** E a questões da memória... acho isso muito importante para os jovens, para as gerações futuras, eu acho que isso é...

**DANIEL DE OLIVEIRA GODOY JÚNIOR:** Nós sabemos que a Itaipu tem um trabalho muito interessante, muito elogiado, junto com a Unila em relação a essa área de defesa de direitos sociais, de direitos civis. Então nós temos a pretensão de, encerrados os trabalhos da comissão, continuar instituindo esse trabalho, enquanto parcerias, enquanto atividades que o Estado brasileiro, as suas empresas. Itaipu é uma empresa binacional. Essa figura, como falou nosso presidente, é uma jabuticaba do direito. Mas tem condições de contribuir pra que esse passado nefasto seja superado. Então basicamente é isso o que eu queria colocar aqui para finalizar minha participação. Doutor Jefferson?

**JEFFERSON DE OLIVEIRA SALLES:** Um evento, acho que o senhor conhece, como estabelecer essa memória é o trabalho do próprio Palmar, ele tem o site *Documentos Revelados*, o que ele faz? Ele escaneia a documentação, é um processo relativamente simples. Nós fizemos isso aqui, né? Nós temos uma máquina de xerox, que não é uma máquina, é uma máquina simples qualquer de escritório, deve ter uma máquina dessas. Nós escaneamos, por exemplo, o processo de investigação da morte do Ângelo Cretã – tem lá 1.800 páginas, em pouco tempo, a estagiária escaneou.

Uma pergunta bem direta é assim, nós recebemos um material da ASI, da Funai – deve ter umas 30 mil páginas –, cabe num pendrive, dar pra ver muita coisa, por exemplo, né? O traslado de alguns servidores da Funai – são acusados de chicotear índio, onde eles andaram nós temos certeza que aconteceu alguma coisa errada. E uma documentação que aparentemente não diz nada, onde eles trabalharam não dizia nada, mas enfim, a pergunta é essa, se tem possibilidade da Funai, desculpe, da Itaipu escanear esse material, porque tem vários tipos de escâner, tem escâner que possibilita manusear, usar um instrumento de localização, que não é o caso desse do Palmar, não é o caso do que nós temos também, é outro tipo de escâner, que é mais caro e requer computação, mas eu penso que talvez Itaipu pudesse escanear uma parte significativa que existe ou tudo, né? E isso é um processo rápido.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Não vou dizer que vejo com muita simpatia esse processo de poder trabalhar algumas questões relacionadas à restauração dessa memória de

poder, né? Se prover os espaços 2h52m00s [?], se prover todos os ícones, as salas sempre em homenagem a alguém que deu uma grande contribuição, nossas salas todas acabam sendo dedicadas, espaço Florestan Fernandes, espaço Darcy Ribeiro. Enfim, pessoas que na área de educação, na área da saúde deram contribuição nesse processo todo, a gente ia exatamente formatando esse lado que todo mundo acaba querendo esconder. Inúmeros cursos relacionados à área, tanto na Unila como na Unioeste. Trabalhos, pesquisa, nessas áreas nós temos sempre que possível contribuído, feito exercícios até para ter cursos de pós-graduação, patrocínio, enfim, não devemos... A única coisa que me preocupa é essa do doutor Daniel dizer que a comissão está absolutamente convencida que Itaipu foi um procedimento, que não recordo bem as palavras que você falou, mas mais ou menos que nós fomos um instrumento de barbárie, terrorismo, tortura e tudo isso. Repito aqui: posso falar muito bem dos 13 anos que estou lá, e ao que consegui atender e estudar nessa outra fase. Eu acompanhei inclusive greves, pegadas ali na frente e a época também que se utilizava o próprio trabalho sobre suinocultura, eu acho que o pastor Fuchs estava lá também, mas teve uma época que a briga era por causa de suinocultura. O pessoal: “Bom, pra gente fazer esse negócio virar manchete nacional, vamos pra frente da Itaipu, entrar em Itaipu” Puta! Teve isso na época, é, exatamente, então são questões que foram confrontos, embates que eu vi, com os quais eu convivi. Agora, com uma greve recente, foram 40 e poucos dias num movimento paralista lá em Itaipu, e a empresa não podia fazer atender às exigências. Então eu falei “bom, até nós vamos, a partir daqui”. E aí obviamente que o relato de alguns dá impressão que a gente é o maior..., né? Anti... É uma loucura, mas funciona assim também o processo. Então, eu acho que esse processo talvez valesse a pena poder.

Repito aqui, eu coloquei com muito cuidado, mas quando a gente também, eu acho que isso foi uma felicidade, na minha opinião, de termos tido alguns dirigentes no diverso processo de Itaipu, que tinha compromissos outros que não de trabalhar nesse andar. Não dá constituição junto com os outros países e opressão de repressão de tortura, de desaparecimento, não me parece que isso está no 2h55m00s[?] de quem por períodos longos teve a responsabilidade. Tudo me leva a crer que estavam empenhados exatamente em poder construir isso que era uma... a obra e nós debatemos muito isso, o Brasil tá pagando um preço exorbitante, e eu fiz parte disso, porque nós éramos contra as grandes obras, e isso foi colocado e instituído nas esquerdas de maneira geral, de que obras de infraestrutura grandes eram relacionadas com ditadura, e eu por muito tempo

botei esse chapéu na minha cabeça e me arrependo amargamente.

Quando os países que atingiram a condição dão vida melhor para o seu povo, para a sua gente... Fizeram grandes obras de infraestrutura, obra de infraestrutura não tem nada a ver, nada a ver, não, mas também não é sinônimo que isso é fruto de um regime que tem que ser militar etc. Se pegar Holanda, se pegar Alemanha, se pegar a Europa inteira, se pegar os Estados Unidos, se pegar todos esses países você vai identificar que as obras de infraestrutura vieram exatamente para colocar esses países na condição que estão lá, que conseguiram fazer essas obras e nós, “small is beautiful”, essa era a gozação que se fazia na época na faculdade. Bastou ser obra grande que era do regime militar. A gente saía com quatro pedras na mão, sem estudar melhor, sem analisar melhor, sem observar as grandes vantagens que decorriam desse procedimento, retardamos o nosso processo de infraestrutura quando retornamos... Os países desenvolvidos que fizeram todas as suas obras de infraestrutura no século passado começaram a colocar um patamar quase impossível de se atingir.

Se nós dependermos só do discurso de alguns, não vai mais sair uma hidrelétrica nesse país, não vai sair um porto, não vai sair mais uma obra de estradas, porque tamanho é uma das condicionantes e, muitas vezes, a gente é vendido por um processo que vem lá de fora e não se percebe que se está a serviço de um outro processo que é de venda de tecnologia. Em 2003 na Alemanha, um grande evento colocava que hidrelétrica não era sustentável, só as hidrelétricas até 50 megawatts, e junto com isso aparecia o processo de eólica, de solar, de tecnologias que estão se espalhando pelo mundo inteiro e que são interessantes. Agora verifique se tem um megawatt ainda de hidrelétrica a ser construído. Vá à Alemanha e veja se tem meio megawatt, vá aos Estados Unidos, vá no Canadá, porque eles exploraram 100% de seu potencial hidráulico pra fazer uma obra de infraestrutura que a partir do momento que está pronta o seu combustível é água? E nós do Brasil com tantas dificuldades de poder ampliar o nosso parque de produção de energia? Quer dizer, essas coisas têm que ter um pouco de discussão mais aprofundada para a gente não ser um inocente útil em algumas coisas que parecem, à primeira vista, uma coisa bonita e depois, no frígir dos resultados, a gente percebe que é um processo bem diferente disso.

Além das desinformações que ocorrem é permanentemente... por exemplo, o sucesso do Brasil. Eu vejo assim, e acho que temos uma imensa dívida social a pagar com a população, passa fortemente pela produção agrícola, e a cada instante já vi coisas extraordinárias do ponto de vista de dizer que, para se produzir um quilo de carne, se

gasta 28 mil litros d'água. A gente segue produzindo essas coisas ou começa a ler em sites, um absurdo! Como se um animal quando bebe aqui não retorna dois metros depois – tem o retorno desse processo –, e sai falando um negócio desse e dizendo “é, tão exportando água” e o que mantém esse país, do ponto de vista de geração de emprego, de oportunidade, de renda, de processamento dessas questões todas. Por anos se falava que o arrotado do boi produzia mais metano do que todos os carros de São Paulo, do Brasil, agora tá aí colocada a estrutura, puxa! Tudo isso era uma mentira. Que as hidrelétricas enfiam CO<sub>2</sub>, pegaram o pior exemplo que existia na 2h59m40s [Balbina] extrapolaram, enfim, mas serviu de base para fazer, na minha maneira de entender, um processo que vai, devia ir a favor do nosso país, vai contra nosso desenvolvimento.

E olha, não tem jeito, vamos precisar de energia, vamos precisar gerar muito emprego. Não tem outra forma. Obviamente, seria bom poder fazer todas essas coisas sem ter que derrubar uma única árvore, sem ter que fazer nenhum barramento, mas infelizmente é complexo. Agora tecnologia, as boas práticas, o procedimento que nós temos nas nossas universidades, nos centros de pesquisas, vão mostrando que é possível compatibilizar o desenvolvimento, a geração de emprego e renda com o desenvolvimento, tomando esse cuidado ambiental para escutar a ordem do dia. Na nossa empresa, isso já é marca registrada, é uma discussão que está em aberto. Temos muita coisa para progredir, temos muita coisa a restaurar e eu acho que tem que ter essa responsabilidade de ter esse diálogo franco aberto, não se esconder atrás de coisas que às vezes não é o que você gostaria de falar. Eu gostaria muito de chegar aqui e falar “olha, está resolvido, me mande esse projeto aqui amanhã, eu estarei lá resolvendo todas essas reivindicações”. Não, isso tudo tem uma cultura na empresa, essa cultura na empresa também passa por um processo de dizer “olha, o que tá ocorrendo aqui?” Quer dizer, amanhã, todos os que antecederam, trabalharam as pessoas que desenvolvem vão se sentir criminalizadas, achando que... Então há um aspecto cultural forte. Você tem que saber trabalhar esses processos. Como ir avançando e, ao mesmo tempo, saber manipular para não criar um processo que você acaba se inviabilizando de poder atender a certas coisas.

A pergunta e finalizo com isso, sem medo de errar: o que seria da nossa região, o que seria de Foz do Iguaçu sem Itaipu? 70% da receita de Foz do Iguaçu vêm de Itaipu. Por ela estar localizada no município de Foz, parte da cota do ICMS vai pra Foz do Iguaçu, representa 50% da receita de Foz do Iguaçu, os royalties representam mais 10% da receita de Foz do Iguaçu. Os gastos que nós temos com o pessoal, com tudo. Agora

imagine Foz do Iguaçu sem Itaipu. As bugigangas, as vendas, aqueles períodos que tiveram aquelas compras daquele jeito. Ela teria os problemas sociais todos e sem dinheiro para poder enfrentar, não ter escola, posto de saúde etc. Isso tem que ser colocado na balança, se a gente quer de fato construir um país que caminhe nessa direção. E ter dirigentes com responsabilidade social, ambiental. Responsabilidade de fazer as coisas corretas, obedecer a critérios, saber trabalhar com os mais pobres, eliminar essa miséria que nós temos no país. Quer dizer, são políticas públicas que nós temos que continuar trabalhando cada vez mais, mas ao mesmo tempo não desmontando estruturas ou colocando pensamentos que muitas vezes não analisam a mais correta do conjunto e pode ir dificultando esse desenvolvimento que nós vamos ter que enfrentar no Brasil nesses próximos anos.

**IVETE MARIA CARIBÉ DA ROCHA:** Eu quero agradecer, Doutor Samek, seu comparecimento, sua disponibilidade, esse tempo que dedicou aqui à nossa comissão. Todas as informações que nos trouxe, sem contar com a sua colaboração naquelas questões que nós colocamos, que sabemos que não é do seu período, de administração, mas que podem de repente vir a serem disponibilizadas de alguma forma – que se encontrem e que a gente possa trazer esse acervo para fazer parte aqui do acervo da Comissão Estadual da Verdade – Teresa Urban. Então, quero lhe agradecer muitíssimo, nós demos esse nome “Teresa Urban” como homenagem a essa mulher, porque ela inclusive foi uma das pessoas que estava conosco desde o início da criação da Comissão Estadual da Verdade. Isso nos incentivou muito para que fizéssemos esse trabalho que é um trabalho voluntário; não recebemos nada por isso, e todos os que aqui trabalharam foi de forma voluntária, alguns ligados a instituições como Ministério Público, eu, uma pessoa solta, como o doutor Daniel, solta e livre [risada], não somos ligados a nenhuma instituição, caímos de paraquedas. Justamente por isso nós temos uma liberdade maior, talvez para poder exercer o papel não só de pesquisadores, como também de críticos e tudo mais.

Mas agradeço muito a sua disposição de estar aqui conosco. Deixo a palavra para alguém queira dizer mais alguma coisa. E damos por encerrada. Agradecendo.

**JORGE MIGUEL SAMEK:** Teresa foi nossa!

**RAQUEL DE SOUZA FERREIRA OSOWSKI:** Só quero agradecer mais uma vez o

Pastor Fuchs, pela presença e pela colaboração. Mais uma vez, desde sempre.